



Anais da Assembléia

Nº 131

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 22 DE OUTUBRO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 192ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Antonio Facci e Rosário Pitelli.

Às quatorze horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (49), achando-se ausentes os Srs. Deputados Maurício Fruet, Accioly Neto, David Federmann Ernesto Dal'Oglgio e Hélio Manfrinato (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 49 Srs. Deputados:

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 68/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 126/74 que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Bela Vista do Paraíso, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública do referido município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 23, 23, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 68/75.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 193ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Leopoldo Jacomel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes

Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (49), achando-se ausentes os Srs. Deputados: Maurício Fruet, Accioly Neto, David Federmann Ernesto Dal'Oglgio e Hélio Manfrinato (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM 91/75

Curitiba, 20 de outubro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva reformular parcialmente, a lei orgânica do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias — ICM (Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972).

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos nº 559/75, de 12 de agosto de 1975, do Sr. Secretário de Estado das Finanças diz, com maiores detalhes sobre a necessidade e oportunidade da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa.

Tendo em vista o elevado interesse público que se reveste a matéria contida no plano de lei em questão, é solicitada sua apreciação na forma prevista pelo §3º do art. 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevada estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Súmula: ICM. Altera a Lei nº 6364 de 29.12.72.

Art. 1º — O inciso III do art. 13 da Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

“III — O contribuinte estabelecido neste Estado, inscrito no Cadastro de Contribuintes, que de outro, não inscrito, também localizado no Estado, receber mercadoria em operação tributável;”

Art. 2º — O inciso II do art. 19 da Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

"II — Pelos estabelecimentos fabricantes, contribuintes do imposto sobre produtos industrializados, ressalvado o disposto nos parágrafos 2º e 3º deste artigo, nas condições e prazos previstos em Instrução da Secretaria de Finanças".

Art. 3º — O artigo 22 da Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 22 — Fica sujeita à atualização monetária a parcela do crédito tributário relativa ao ICM, não extinto nos prazos regulamentares.

§ 1º — A correção monetária será determinada com base nos coeficientes de atualização vigorantes no mês em que ocorrer o pagamento do ICM fora do prazo, estabelecidos, mensalmente, pela Secretaria de Finanças, que observará, para esse fim, os adotados pelos órgãos federais competentes, relativamente às Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, ou aos créditos tributários federais.

§ 2º — Constitui termo inicial para a aplicação dos coeficientes de correção monetária:

1. Nos casos em que o ICM seja objeto de denúncia espontânea de lançamento fiscal, - o mês seguinte ao em que expirou o prazo de pagamento;

2. Quando se tratar de ICM a pagar, declarado em Guia de Informação e apuração, - o mês em que recair a data da inscrição em dívida ativa, decorrente do encerramento de processo administrativo - fiscal de instrução sumária;

§ 3º — Passa a vencer correção monetária do ICM já corrigido a partir do mês em que ocorrer a rescisão de acordo para o pagamento parcelado do crédito tributário".

Art. 4º — O "caput" do art. 23 da Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 23 — O crédito tributário será acrescido de juro de mora de 01 (um por cento) ao mês, não capitalizável".

Parágrafo Único — Ao §. 2º do artigo 23, fica acrescido mais um item com a seguinte redação:

"4. Nos casos de denúncia espontânea a que se refere o § 2º do artigo 24, a partir do mês em que expirar o prazo de pagamento do ICM".

Art. 5º — O § 2º do artigo 24 da Lei nº 6364 de 29 de dezembro de 1972 passa a ter a seguinte redação:

"§ 2º — Quando a irregularidade relacionar-se com a parcela do crédito tributário concernente ao ICM, a exclusão da responsabilidade por infração, prevista neste artigo, só ocorrerá se o contribuinte ou responsável efetivar, através de guia visada pela repartição fiscal do seu domicílio fiscal tributário, na data da denúncia espontânea, o pagamento do tributo devido, monetariamente atualizado, e do acréscimo moratório previsto no artigo 23".

Art. 6º — O § 9º do artigo 38 da Lei 6364 de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

"§ 9º — Nas saídas sem débito do imposto, com expressa manutenção de crédito, de produtos abrangidos anteriormente por diferimento ou suspensão, fica dispensado o pagamento do imposto diferido ou suspenso".

Art. 7º — O art. 45 da Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 45 — A Secretaria das Finanças deve arrolar, em Instrução, as hipóteses de imunidade e de isenção, observadas as disposições previstas:

a) — na Constituição da República Federativa do Brasil;
b) — em lei complementar, ou de natureza complementar, (art. 19, § 2º da Constituição da República Federativa do Brasil);

c) — em tratados e convenções internacionais (art. 98 do Código Tributário Nacional);

d) — em convênio celebrados e ratificados na forma de

Lei Complementar ao artigo 23, § 6º da Constituição da República Federativa do Brasil".

Art. 8º — Os itens 2, 3, 4, letra "b", 5 letra "a" e 8 do § 1º do art. 54 da Lei 6364 de 29 de dezembro de 1972, passam a vigor com a seguinte redação:

"2. EQUIVALENTE a 60 por cento DO VALOR DO IMPOSTO DEVIDO, ao sujeito passivo que, nos casos não previstos no item anterior, deixar de pagar o imposto, no todo ou em parte, na forma e nos prazos previstos na legislação tributária".

"3. EQUIVALENTE a 60 por cento DO CRÉDITO INDEVIDAMENTE UTILIZADO, sem prejuízo do respectivo estorno, ao sujeito passivo que se beneficiar com a utilização de crédito do imposto, em desacordo com o disposto nesta lei".

"4.

"b) — ao sujeito passivo que transportar, estocar ou manter em depósito, mercadorias isentas ou imunes, desacompanhadas da documentação fiscal regulamentar;"

"5.

"a) — ao sujeito passivo que transportar, estocar ou manter em depósito mercadorias tributadas, desacompanhadas da documentação fiscal regulamentar;"

"8. EQUIVALENTE a 7 por cento DO VALOR DAS MERCADORIAS: ao sujeito passivo que transitar, ou manter em estoque, ou depósito, sem documentação fiscal regulamentar, produtos cujas operações sejam beneficiadas com suspensão ou diferimento do pagamento do imposto";

§ 1º — Fica reduzida em cinquenta por cento a multa prevista no item 4 do § 1º do artigo 54 da Lei 6364 de 29 de dezembro de 1972.

§ 2º — Ao item 11 do § 1º do artigo 54 da Lei 6364 de 29 de dezembro de 1972, fica acrescida mais uma alínea com a seguinte redação:

"d — ao sujeito passivo que lançar crédito do imposto em desacordo com o disposto nesta lei, sem tê-lo ainda aproveitado, sem prejuízo do respectivo estorno".

Art. 9º — Ficam insubsistentes, a partir da data desta lei, as atualizações dos valores expressos em cruzeiros, efetivadas de acordo com o § 2º do artigo 54 da Lei nº 6364 de 29 de dezembro de 1972.

Parágrafo único — Ficam restabelecidos os valores originais, expressos em cruzeiros na Lei 6364 de 29 de dezembro de 1972.

Art. 10 — As multas previstas nos artigos 8º, 9º e 11 desta Lei aplicar-se-ão, igualmente, em relação as infrações ocorridas antes desta Lei e pendentes de regularização.

Art. 11 — O § 3º do art. 54 da Lei 6364 de 29 de dezembro de 1972, com a redação dada pelo art. 5º da Lei 6551 de 7 de junho de 1974, passa a ter a seguinte redação:

"§ 3º — O valor mínimo das multas é de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), ressalvada a hipótese do art. 58, na qual a penalidade mínima só prevalecerá após decorridos os prazos ali previstos sem que ocorra o pagamento do ICM com multa reduzida aos valores permitidos".

Art. 12 — Ao parágrafo único do art. 56 da Lei 6364 de 29 de dezembro de 1972 ficam acrescidos mais dois itens com a seguinte redação:

"39. A dívida ativa será cancelada, observada a forma prevista em Instrução da Secretaria das Finanças, nos casos:

a) — de extinção do crédito tributário;
b) — de exclusão do crédito tributário;
c) — de regularização de divergência de créditos tributários originários de processo administrativo-fiscal de rito sumário;
d) — em que, em hipótese idêntica, tenha o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais decidido, reiteradamente, de forma favorável ao sujeito passivo da obrigação tributária".

"40. Se o contribuinte concordar apenas parcialmente como o auto de infração, ou com decisão de primeira instância poderá respectivamente, oferecer reclamação ou interpor recurso

ordinário, apenas em relação à parcela do crédito tributário contestado, desde que efetue, previamente, o pagamento da parte não contestada”.

Art. 13 – O artigo 57 da Lei 6364 de 29 de dezembro de 1972, com a redação dada pelo artigo 8º da Lei 6551 de 7 de junho de 1974, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 57 – Quando ocorrer a infração descrita na letra “a” do item 1, do § 1º do artigo 54, o processo administrativo-fiscal para cobrança do ICM e da multa obedecerá rito especial e sumário, em instância administrativa única, não cabendo, em consequência da declaração do próprio contribuinte na guia de que trata o § 3º do artigo 28, qualquer reclamação ou recurso.

§ 1º – O processo administrativo-fiscal de rito sumário encerrar-se-á, automaticamente:

1. Quando o infrator pagar o total do imposto a recolher, por ele declarado na guia de Informações e Apuração do ICM e a multa de que trata a letra “a” do item 1 do § 1º do artigo 54, com a redução cabível conforme o artigo 58;

2. Com o decurso do prazo de 90 (noventa) dias contados da data da expiração do prazo de pagamento, previsto na legislação tributária, sem que seja extinto o total do crédito tributário declarado, caso em que será imediatamente inscrito em dívida ativa do Estado;

3. Quando decorridos os 90 (noventa) dias de que trata o item anterior, tenha o contribuinte pago fora do prazo, em relação ao período considerado, o total do imposto a recolher, por ele próprio declarado na guia de informação e apuração e não tenha recolhido a quantia da multa descrita na letra “a” do item 1 do § 1º do artigo 54, caso em que o valor da pena, reduzido em relação a data do pagamento do imposto, conforme o artigo 58, será imediatamente inscrito em dívida ativa do Estado, ressalvada a observância, quando cabível, do valor indicado no § 3º do artigo 54;

4. Na ocasião em que for emitido aut o de infração na forma indicada no parágrafo seguinte.

§ 2º – Quando, vencido o prazo de noventa dias a que se refere o item 2 do parágrafo anterior, houver, em relação a Guia de Informações e Apuração do ICM, apresentada pelo próprio contribuinte, insuficiência no pagamento do imposto a recolher relativo ao período considerado, o valor da diferença será lançado em auto de infração para início de processo administrativo-fiscal de instrução contraditória, aplicando-se a pena descrita na letra “b” do item 1 do § 1º do artigo 54, incluindo-se nesse lançamento, quando exigível:

1 – o valor correspondente à diferença entre a multa indicada na letra “a” do item 1 do § 1º do artigo 54, com a redução prevista no artigo 58, cabível em relação à data do pagamento insuficiente do ICM e a multa paga na referida data, ou

2 – o valor da multa a que se refere a letra “a” do item 1 do artigo 54, que deixou de ser recolhida na data do pagamento insuficiente do ICM, aplicando-se a redução de que trata o artigo 58, compatível com a data do referido pagamento.

Art. 14 – O artigo 58 da Lei 6364 de 29 de dezembro de 1972, alterado, parcialmente, pela Lei nº 6551 de 7 de junho de 1974, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 58 – A multa prevista na letra “a” do item 1 do § 1º do artigo 54 será reduzida, observados os seguintes prazos e percentuais:

a) – até 10 (dez) dias contados da data da expiração do prazo de pagamento para 1 por cento do valor do imposto pago;

b) – de 11 (onze) dias até 60 (sessenta) dias contados da data referida na letra anterior, para 10 por cento do valor do imposto pago;

c) – de 61 (sessenta e um) dias até 90 (noventa) dias da data indicada na letra “a”, para 20 por cento do imposto pago.”

Art. 15 – O § 1º do artigo 59 da Lei 6364 de 29 de dezem-

bro de 1972, passa a vigor como parágrafo único, com a seguinte redação:

“Parágrafo único – O pedido de parcelamento implica no reconhecimento incondicional da infração e do crédito tributário, tendo a concessão resultante caráter decisório.”

Art. 16 – O “caput” do artigo 63 da Lei 6364 de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 63 – Fica o Secretário das Finanças autorizado, na forma do inciso III do art. 172 do Código Tributário Nacional, a remittir créditos tributários cujo valor seja inferior a Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros).”

Art. 17 – O artigo 64 da Lei 6364 de 29 de dezembro de 1972, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 64 – Quando houver conveniência para a administração tributária estadual, poderá a Secretaria das Finanças, em substituição ao rito referido no artigo 57, adotar o do artigo 56.

Parágrafo único – Quando a administração tributária adotar, na forma deste artigo o rito do artigo 56, ficam asseguradas aos contribuintes as reduções nas multas, nas condições estabelecidas no artigo 58.”

Art. 18 – Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei 6364 de 29 de dezembro de 1972:

Alteração primeira – A expressão Secretaria da Fazenda fica substituída por Secretaria das Finanças.

Alteração segunda – A expressão Secretário da Fazenda fica substituída por Secretário das Finanças.

Alteração terceira – A expressão Departamento de Rendas Internas fica substituída pela expressão: Coordenação da Receita do Estado.

Alteração quarta – A expressão Procuradoria Geral e Consultoria Jurídica da Fazenda fica substituída pela expressão: Procuradoria Fiscal do Estado.

Art. 19 – Fica a Secretaria das Finanças autorizada a promover campanha de estímulo à emissão de documentos fiscais nas operações tributáveis relativas ao ICM mediante a distribuição de prêmios.

Art. 20 – Ficam revogadas os seguintes dispositivos da Lei 6364 de 29 de dezembro de 1972: item 2 do Parágrafo único do artigo 8º; item 14 do § 1º do artigo 54; § 2º do artigo 54; parágrafos 2º, 3º e 4º do artigo 59; artigo 62 e parágrafo único do artigo 65.

Art. 21 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 22 – Ficam revogadas as disposições em contrário.

– À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 92/75

Curitiba, 20 de outubro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, a fim de encaminhar à apreciação do Poder Legislativo do Estado, anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo contrair empréstimos ou obter financiamentos, internos ou externos, dar garantias, prestar fiança ou aval, conceber contra-garantia prestada por entidades públicas ou privadas ao Poder Executivo, até o montante de Cr\$ 5.001.000.000,00 (cinco bilhões e um milhão de cruzeiros) ou equivalente em moeda estrangeira, para utilização no período 1975/1980.

Cumpr-me esclarecer que do montante solicitado, Cr\$ 2.900.000.000,00 (dois bilhões e novecentos milhões de cruzeiros) destinar-se-ão à cobertura de obrigações a serem assumidas pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL, na construção da Usina Hidrelétrica de Foz do Areia, investimento, esse, em energia, auto-amortizável e com retorno certo.

É oportuno destacar que a central geradora de Foz do Areia se constitui no maior empreendimento energético do Paraná, na presente década, representando, especificamente, den-

tro do programa de eletrificação, a parcela majoritária dos investimentos no setor. O empreendimento em questão, estimado em cerca de 450 milhões de dólares, implicará na necessidade de captação de financiamentos externos em mais de dois terços do montante das inversões.

A realização da Usina, atribuída à COPEL mediante Decreto, de concessão do Presidente da República, fora incluída no plano de instalações geradoras para o atendimento das necessidades de energia elétrica das regiões Sudeste e Sul até 1981, definido através do Decreto Federal nº 83.721, de 01.03.74, avaliando-se a potência de Foz do Areia, inicialmente, em cerca de quinhentos (500) MW.

Entre as fontes adicionais programadas, através do "Plano de Atendimento dos Requisitos de Energia Elétrica até 1990", apresentado pela ELETROBRÁS ao Senhor Ministro das Minas e Energia, em dezembro de 1974, incluiu-se a Usina de Foz do Areia, com barragem alta e potência instalada final de 2.250MW, cujo respectivo projeto foi considerado prioritário pelo Governo Federal, conforme Aviso nº 404/75, do Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

O projeto atende à necessidade de um empreendimento destinado a representar importante e decisiva contribuição à oferta de energia elétrica ao Paraná, sendo oportuno ressaltar que o atual esforço pelo desenvolvimento corresponde à necessidade de diversificação da estrutura econômica estadual, que só pode ser fortalecida por investimentos sólidos em sua infraestrutura energética.

Assim, também, do montante, solicitado quatrocentos e sessenta e cinco milhões de cruzeiros (465.000.000,00) serão garantias à obrigações assumidas pela SANEPAR, dentro do programa do Plano Nacional de Saneamento - PLANASA, que irá beneficiar 115 municípios paranaenses.

Ainda, do citado montante, Cr\$ 108.000.000,00 (cento e oito milhões de cruzeiros), serão destinados ao melhor atendimento do setor agrícola, garantindo obrigações a serem assumidas pela Café do Paraná, na aquisição de sementes, para revenda aos agricultores, e, pela COPASA, para construção de Silos graneleiros.

Sendo um dos objetivos de meu Plano de Governo a consolidação de uma economia agrícola de vanguarda, esses setores apresentam deficiências incompatíveis com as necessidades econômicas da agricultura, paranaense. No setor armazenagem, essas deficiências são expressas pela falta de capacidade estática e pela inadequação da rede existente, predominantemente composta de armazéns tradicionais, não compatíveis, portanto, com a crescente produção de grãos por parte da agricultura paranaense.

No que se concerne ao Programa da Café do Paraná, a aquisição e revenda de sementes, a que se propõe, decorre da frustração da produção de sementes de trigo, devido aos fenômenos climáticos e à demanda adicional de outras sementes, prevista por força da liberação de novas áreas de plantio em função das geadas. Justifica-se, pois, plenamente, a preocupação do Governo em obter recursos para aplicação nesse setor.

Desta forma, as garantias a serem concedidas pelo Estado, somam a quantia de Cr\$ 3.473.000.000,00 (três bilhões e quatrocentos e setenta e três milhões de cruzeiros).

Os restantes Cr\$ 1.528.000.000,00 (um bilhão e quinhentos e vinte e oito milhões de cruzeiros) corresponderão a operações de crédito a serem realizadas, proporcionando à Administração Estadual os recursos financeiros necessários à execução acelerada de programas prioritários nos setores de Transportes, Educação e Saúde e Bem Estar Social, por meio de investimentos maciços que virão contribuir decisivamente para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná.

No setor de Transportes, recursos no valor de um bilhão e noventa e oito milhões de cruzeiros (1.098.000.000,00), serão destinados a viabilizar financeiramente a ampliação dos progra-

mas prioritários de pavimentação da rede rodoviária paranaense.

Mais sensível à conjuntura econômica do Estado, o sistema rodoviário, principalmente agora em que haverá maior solicitação de transportes, em consequência de novas áreas de cultura de soja e trigo pela substituição do plantio de café, necessita de um volume de recursos que não podem ser cobertos apenas com dotações orçamentárias normais do Governo Estadual.

Grande esforço tem sido feito no sentido de se obter maior participação para as obras constantes do Plano Nacional de Viação e II PND, diretamente, ou através de convênio com o DNER.

Para 1976, o DER contará, no seu orçamento próprio, para projetos e obras, com 1 bilhão de cruzeiros, sendo 600 milhões de cruzeiros de auxílio do Estado, 108 milhões de cruzeiros do Fundo Rodoviário Nacional e o restante a ser obtido através de convênios, empréstimos próprios e programa de Vias Expressas - PROGRESS.

O DER tem contratos em vigor que montam à importância de 1 bilhão e 200 milhões de cruzeiros, havendo um compromisso em torno de 720 milhões de cruzeiros de obras em andamento, que deverá ser coberto com recursos do próximo exercício.

As flagrantes deficiências nesse setor vêm exercendo um freio indesejável ao desenvolvimento do Estado; as regiões de produção, ainda atendidas por precário sistema de escoamento, sofrem efeitos negativos, tanto na falta de suprimento e escoamento regular, como na sobrecarga da rede armazenadora e também face à perda pura e simples da produção.

A par dos programas já em implantação ou em fase final de definição, e nesse último caso permito-me mencionar o Programa Especial de Rodovias alimentadoras - em negociação final com o Governo Federal - o Governo do Estado do Paraná aplicará recursos para implantação de 430 km de rodovias do Plano Rodoviário Estadual e 400 km de rodovias alimentadoras que serão construídas nos próximos meses.

É importante, ainda, ressaltar que o Governo do estado, vem se preocupando em desenvolver novas técnicas de construção e pavimentação rodoviárias, visando pela redução dos custos, ampliar o alcance de sua programação. Nesse sentido, assume relevância o Programa de "Pavimentação Econômica" que já está em fase de execução experimental em diversos pontos do Território Estadual, objetivando testar novos materiais de pavimentação e técnicas de construção. Os resultados até agora colhidos são promissores, e em função dos resultados, o programa será ampliado significativamente.

Assim, as condições de transporte rodoviário no Paraná terão superado, com inegáveis benefícios para a economia estadual, o grave estrangulamento que ora apresentam.

Os setores de Saúde e Bem Estar Social deverão ser contemplados com recursos de Cr\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de cruzeiros), objetivando a ampliação e construção de hospitais regionais de modo que, conforme prevê programa existente, cada micro-região possua tais unidades, propiciando, dessa forma, seja executada verdadeira política de interiorização de atendimento hospitalar. Com esses recursos será igualmente possível ampliar os serviços de assistência ao trabalhador rural e alargar a faixa de auxílios e entidades comunitárias de atendimento social.

Finalmente, no que respeita à educação, importa frisar que o volume de recursos necessários a compatibilizar as crescentes necessidades do Estado, torna-se cada vez maior. Bastaria lembrar, a propósito, a evolução demográfica paranaense, comparada à taxa de crescimento das matrículas em todos os graus do ensino, para se concluir que deverá o Estado, nos próximos anos, investir vultosas importâncias na ampliação de sua rede escolar. Só assim será possível superar os débitos atuais, presentes tanto nas zonas rurais, como nas áreas urbanas.

Assim sendo, serão realizadas operações de crédito junto

ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, no valor Cr\$ 340.000.000,00 (trezentos e quarenta milhões de cruzeiros), para aplicação, juntamente com os municípios do Paraná, com vistas à melhoria e ampliação da atual rede escolar física estadual, permitindo a implantação de uma política educacional inteiramente voltada aos interesses da comunidade e em sintonia com a legislação pertinente.

Com esses recursos, serão feitos ampliações, reconstruções ou construções de novas unidades escolares, num total aproximado de duzentos mil metros quadrados de área, em cerca de duzentos municípios, o que virá possibilitar o oferecimento de mais cento e cinquenta mil matrículas nos três tradicionais turnos.

Diante das considerações formuladas, estou certo, Senhor Presidente, que os nobres Senhores Deputados, integrantes da Augusta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, fundamentando sua apreciação no mais elevado interesse público, assegurarão a pronta tramitação e aprovação do incluso anteprojeto de lei.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos ou obter financiamentos, internos ou externos, dar garantias, prestar fiança ou aval, conceder contra-garantias de fiança, de aval ou de qualquer tipo de garantia prestada por entidades públicas ou privadas ao Poder Executivo até o montante de Cr\$ 5.001.000.000,00 (cinco bilhões e um milhão de cruzeiros) ou equivalente em moeda estrangeira, com base na cotação cambial da época da operação, destinados ao cumprimento de despesas com execução de obras públicas de infra-estrutura e outras despesas relativas a programação contidas em orçamentos anuais e plurianuais.

Parágrafo único — A execução do disposto neste artigo poderá efetivar-se em uma ou mais operações, com uma ou mais entidades financeiras ou fornecedoras e, em qualquer data, até que seja atingido o montante autorizado.

Art. 2º — O prazo, carência, juros, taxas adicionais e comissões referentes ao empréstimo ou financiamento a serem tomados, obedecerão às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias Federais e as exigências dos órgãos encarregados da Política Econômico-Financeira da União.

Art. 3º — Do montante estabelecido no artigo 1º, os empréstimos ou financiamentos, garantias, avais ou fianças e contra-garantias, serão destinados especificamente à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, até o valor de Cr\$ 2.900.000.000,00 (dois bilhões e novecentos milhões de cruzeiros), para o provimento de recursos necessários à construção da Usina Hidroelétrica Foz do Areia, e eu sistema de transmissão, na forma seguinte:

I — Prestação de garantia ou contra-garantia mediante fiança ou aval até o limite de Cr\$ 950.000.000,00 (novecentos e cinquenta milhões de cruzeiros).

II — Vinculação de quotas partes do imposto único sobre Energia Elétrica, que couberem ao Estado, até o montante de Cr\$ 1.700.000.000,00 (Um bilhão e setecentos milhões de cruzeiros).

III — Caução ou qualquer outra forma de vinculação de ações de capital, de propriedades do Estado, especialmente de ações da COPEL até o limite de Cr\$ 250.000.000,00 (Duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros).

§ 1º — As quotas partes dos recursos aludidos no inciso II deste artigo serão os correspondentes a tantos exercícios financeiros, quantos forem os anos de vigência das obrigações a

serem garantidas.

§ 2º — Na hipótese do inciso III deste artigo, o ato de prestação de garantia ou contra-garantia poderá incluir a outorga de poderes para alienação das respectivas ações até o valor necessário ao ressarcimento do débito em caso de inadimplência parcial ou total da dívida, observadas as disposições do artigo 4º desta Lei.

Art. 4º — A caução ou qualquer outra forma de garantia com vinculação de ações de Sociedades de Economia Mista na qual o Governo do Estado é majoritário somente poderá ser efetivado com as ações que excederem a 51 por cento do capital subscrito e integralizado em cada Sociedade de Economia Mista.

Parágrafo único — A vinculação a que se refere este artigo somente poderá efetivar-se mediante autorização expressa da Secretaria de Estado das Finanças.

Art. 5º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob os nºs 232 e 233/75, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

131/73: Do Senhor Deputado David Federmann, que declara de utilidade pública, o Serviço de Obras Sociais — S.O.S. da cidade de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o número 6.709. — **Agradeça-se.**

145/74: Do Senhor Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que autoriza o Poder Executivo conceder ao Coronel Francisco de Paula Soares Neto, o título de Cidadão Honorário do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 6.708. — **Agradeça-se.**

Sob o nº 2833/75 do Senhor Esperidião Feres, Presidente da Federação Paranaense de Futebol, comunicando aos Senhores Deputados que a partir da presente data, mediante identificação pessoal, terão ingressos livre nos estádios existentes na jurisdição desta Federação, em todos os jogos dos Campeonatos Brasileiros de Profissionais e Regional. — **Ao conhecimento da Casa.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, com o respaldo do plenário requer a inserção em ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao jornal "VOZ DO PARANÁ" pela circulação de seu suplemento "CIDADE E CAMPO", cujo intuito é ventilar os problemas relativos à urbanização e ao homem do campo.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1975.

a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

O Semanário "VOZ DO PARANÁ", consagrou-se como jornal independente, de orientação segura, destinado à comunidade católica. Conquistou prestígio graças às suas laudas de noticiário comentado, artigos orientados para a formação e educação da juventude, além de preciosa orientação moral e religiosa, que semanalmente leva aos seus leitores.

O Suplemento "CIDADE E CAMPO", propõe-se a um dos mais nobres misteres, ou seja, debater os temas que afligem a célere urbanização em nosso meio, fruto da industrialização e exôdo dos campos, trazendo no seu bojo, uma gama de problemas dos mais sérios como o desajuste, a marginalização e o despreparo para uma vida cidadã.

Por outro lado, ao ventilar os problemas da agricultura, nada mais fez do que responder ao apelo mundial que clama por

alimentos, bem assim abordar a problemática que afeta a moderna agricultura, cujas bases repousam em insumos e defensivos de toda a ordem, trazendo em consequência, problemas para a fauna e flora, cujo desequilíbrio já se vem notando em todos os setores.

Pelos seus serviços prestados à informação e formação, bem assim pelo lançamento deste Suplemento, propomos à consideração da Casa, um voto de congratulações que, se aprovado, o signatário requer seja dado ciência ao jornal "VOZ DO PARANÁ".

Desta forma, solicitamos aos ilustres Pares o devido apoio e aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Pelo presente e dando cumprimento ao dispositivo, indico o nome dos nobres Deputados Luiz Gabriel Sampaio, Luiz Alberto de Oliveira e Ezequias Losso, para comporem, pela bancada da ARENA, a Comissão Especial que irá estudar o problema do Menor.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1975.

a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, na qualidade de presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o setor de Educação no Estado do Paraná, e tendo em vista a aprovação, por unanimidade, de requerimento apresentado naquela Comissão, requer, a designação dos Senhores Deputados integrantes daquela CPI, e dois assessores, para representarem esta Assembléia Legislativa, no Seminário Nacional promovido pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, para avaliar os resultados da implantação da Lei nº 5692/71.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1975.

a) JORGE SATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja enviado apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, no sentido de que aquela autoridade libere o trecho da BR-376 — Rodovia do Café, entre Paranaíba e Guairacá numa extensão de cerca de 30 km, que já se encontra em perfeitas condições de tráfego.

JUSTIFICATIVA:

Reveste-se a aludida proposição da mais alta importância, pois uma vez liberada virá solucionar sérios problemas advindos de chuvas e proporcionar aos seus usuários maior segurança no tráfego daquela rodovia.

Proposição feita e aprovada em reunião realizada pela AMUMPAR no dia 16 do corrente.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, se oficie ao Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Osires Stenguel Guimarães, solicitando que o DER passe a conservar o trecho de estrada

Loanda (divisa) ao Porto São José, na distância de, aproximadamente, 14 quilômetros, dentro do município de São Pedro do Paraná.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação foi aprovada pela reunião da AMUMPAR, de 16 do corrente. O município de São Pedro do Paraná, que teve em abril de 1975, um levantamento de suas possibilidades, cadastrou cerca de 8 milhões de cafeeiros em franca produção para 1976 e um rebanho bovino de 24.500 cabeças, prevenindo excepcional produção de bens de consumo para os próximos anos.

Infelizmente a grande geada que devastou nosso Estado, obriga os pequenos municípios pedir ajuda ao Governo do Estado. A conservação da estrada do Porto São José é da máxima importância, por ser um grande ponto de Turismo para o município e para o Estado, razão pela qual espera que o governo do Estado dê sua contribuição neste difícil momento, possibilitando a recuperação da economia regional com reflexos positivos para o município e para o Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, se oficie ao Exmo. Sr. Secretário do Interior, para que determine à SANEPAR o início imediato das Obras para instalação dos serviços de água em Porto Rico.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

Existe um convênio assinado entre a SANEPAR e a Prefeitura de Porto Rico desde o ano passado, para execução dos serviços de água, o qual já deveria ter sido concluído.

Por estar por escrito e ser uma Companhia idônea a Prefeitura daquela cidade prometeu publicamente aos munícipes o serviço de água até o final deste ano, causando o não cumprimento sério problema político-administrativo.

Em reunião da AMUMPAR o presente pedido foi aprovado por unanimidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja enviado ofício ao Sr. Presidente da COPEL, solicitando, em caráter de urgência, maior assistência aos usuários do município de PORTO RICO, principalmente na designação de um representante daquele órgão para o município.

JUSTIFICATIVA:

Prende-se a solicitação, ao fato de distar Porto Rico 32 km de Loanda, nas proximidades do Rio Paraná e abastecer-se de energia elétrica em terminal de linha, sofrendo aquele município e, em especial indústrias ali existentes, sérios prejuízos em suas maquinarias, em geral decorrentes de fortes chuvas que chegam a paralisar o sistema elétrico muitas vezes até por doze horas.

A presente solicitação, foi aprovada em São Pedro do Paraná, durante a realização de reunião da AMUMPAR.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário da Educação e Cultura, solicitando providências para a criação da Escola Normal e Escola Técnica de Comércio em PORTO RICO.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

A Escola Normal de Porto Rico, vem desenvolvendo suas atividades como extensão da Escola Normal de Santa Cruz do Monte Castelo, necessitando de premente regularização, face a demanda de alunos e também a criação de uma escola técnica de comércio, virá beneficiar aqueles que por sua condição financeira, só dispõem do período noturno para frequentá-lo.

A presente reivindicação, foi apresentada e aprovada na reunião da AMUMPARG, realizada em São Pedro do Paraná, dia 16 último.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja oficiado ao Sr. Dr. Francisco Borsari Neto, DD. Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, o seguinte pedido de informações:

1) Qual a população escolar, entre 7 e 8 anos do município de Assis Chateaubriand?

3) Para o atendimento dessa população escolar quantos Grupos Escolares e Escolas Rurais estão em funcionamento naquele município?

3) Estas escolas são completadas com quantos grupos escolares e escolas rurais ou isoladas do município?

4) Qual a evasão escolar, por índices urbanos e rurais naquele município?

5) Do quadro de professores constantes em Assis Chateaubriand quantos se encontram em efetivo exercício e quantos se encontram em licença e disponibilidade?

6) No planejamento do Estado estão previstas novas construções de salas de aulas e Grupos Escolares ou Escolas Rurais. Quantas? Em que lugar e qual o programa de construção para o próximo ano?

JUSTIFICATIVA:

Cada vez mas a administração pública e estadual e municipal se fecham ao conhecimento do público. Uma coisa são as informações oferecidas através dos estranhos serviços de imprensa e divulgação, que têm o cunho exaltativo. Esses serviços custosos aos cofres públicos não informam e sim desinformam pois o seu espírito é de exaltar pessoas e iniciativas, sem se aterem à essência das coisas. Mesmo um representante do povo encontra grandes obstáculos para conhecer a situação, de qualquer setor de atividades públicas.

O município de Assis Chateaubriand, tem muito a reivindicar do estado, inclusive em termos de educação, mas sua municipalidade precisa, em contrapartida, aplicar corretamente os vinte por cento do Orçamento no ensino de primeiro grau ou primário, para que não fique na situação de Curitiba, onde - durante a última administração os recursos destinados à instrução primária não ultrapassaram os 3 por cento, sendo desviado o restante para obras culturais.

Ora, como a educação é regida e controlada pelo Governo federal,

mas é de alçada - nos níveis primário e secundário - do Estado, fica fácil e necessário que o Estado informe sobre questões simples como estas, uma vez que o município apenas supletivamente interfere nas atividades educacionais.

Pela prontidão das respostas e suas correções teremos não só o conhecimento necessário à nossa atividade parlamentar mas a garantia de que a Secretaria da Educação e Cultura sabe, conhece bem e que tem perfeito controle da situação do ensino em Assis Chateaubriand. E se está assim com perfeito domínio da questão prática do ensino, deverá ter condição para equacionar todo o sistema escolar do Paraná, pelo menos dentro das atividades burocráticas, que justifiquem os 800 funcionários que hoje prestam serviços ou estão adidos à Secretaria da Educação e Cultura deste Estado, que se encontra em reforma burocrática, através suas Secretarias de Administração e de Recursos Humanos.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1975.

a) EDILSON ALENCAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições requer, após ouvido o plenário, que se envie expediente ao Sr. Secretário de Estado da Saúde e Bem Estar Social, Dr. Arnaldo Faivro Busato, no sentido de ser estudada a possibilidade da criação e instalação de um Distrito Sanitário em Marechal Cândido Rondon.

Com o crescimento populacional e progresso da região do oeste paranaense, necessário se faz que, a assistência através dos poderes públicos seja cada vez maior. Existe atualmente o Distrito Sanitário em Cascavél abrangendo toda aquela região, implicando em deslocamentos por grandes distâncias, sendo justo a criação de pelo menos mais um Distrito Sanitário no centro daquela área, ou seja, Mal. Cândido Rondon, que viria atender a grande número de municípios, como Guaíra, Palotina, Terra Roxa, Santa Helena, reduzindo a um terço ou no mínimo metade das distâncias hoje percorridas por quem necessite destes serviços.

Estamos certos que o nobre Secretário está trabalhando para que os moradores desses municípios tenham mais facilidades em usufruir do direito a saúde e assistência, razão deste nosso presente pedido.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1975.

a) WERNER WANDERER.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a V. Exa. que após ouvido o plenário, seja encaminhado apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Jayme Canet Júnior, no sentido de conceder anistia de multa e correção monetária à indústria madeireira em débito com o Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) tendo em vista a situação difícil porque vem passando a classe que atualmente não encontra preço e nem mercado para a madeira.

Não é de se olvidar que a madeira sempre foi um dos esteios da economia paranaense e também uma das fontes de divisas para a Nação.

Por outro lado, há que considerar que a indústria da madeira sempre se constituiu num dos sustentáculos da economia individual, cuja difícil transição está causando sério impasse aos que dedicam-se ao ramo, quer como empregador, quer como empregado.

A anistia, sem dúvida, virá aliviar uma situação da maioria da classe, por demais aflitiva, pois diante da atual conjuntura, não terá condições de suportar os acréscimos aos impostos even-

tualmente em atraso, como multa e correção monetária.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1975.

a) LINEU TURRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a V. Exa. que após manifestação do plenário, seja encaminhado apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Jayme Canet Júnior, no sentido de que seja estudada a viabilidade de ser levada a eletrificação à zona rural, sem qualquer ônus quanto à construção de linhas ao proprietário agricultor ou pecuarista, através de convênio com o Ministério da Agricultura.

A agricultura e a pecuária, sem dúvida, se constituem no sustentáculo da economia nacional, e entre outras necessidades do homem do campo, se inclui a energia elétrica, com o que se lhe oferecerá um requisito mínimo de condições e comodidade, capaz de garantir a sua permanência na zona rural, como interesse ao Estado. São esses os fundamentos do apelo.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1975.

a) LINEU TURRA.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 172/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Fundação da Unidade Rotária de Curitiba - FUR -, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1975.

a) GABRIEL MANOEL.

JUSTIFICATIVA:—

A Fundação da Unidade Rotária de Curitiba foi instituída pelos sócios dos diversos Rotaru Clube desta Capital, com o objetivo de estimular programas de bolsas de estudo para estudantes e graduados; promover obras de assistência social na comunidade de Curitiba e consolidar o movimento rotário através da construção da sede própria dos Rotary de Curitiba e que estará vinculada a uma obra de caráter social.

A administração da Fundação estará a cargo de uma Diretoria e de um Conselho de Curadores, cujos membros serão sempre rotarianos.

A Fundação não remunera seus diretores nem seus conselheiros e tampouco distribui lucros ou dividendos. Publica semestralmente o demonstrativo da conta de receita e despesa.

Trata-se de entidade do mais alto valor social eis que seus objetivos dirigem-se a medidas positivas no sentido de encontrar soluções para problemas comunitários, justificando-se, da consequência, seja reconhecida de utilidade pública.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio, primeiro orador inscrito.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Declino.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Lázaro Dumont, segundo orador inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O atual estado da agricultura paranaense entrou numa fase de recuperação bastante satisfatória após o dramático revés so-

frido em virtude das lamentáveis geadas em julho último e o excessivo volume de chuvas em época mais recente. Acho desnecessário especificar os múltiplos danos que o fenômeno ocasionou à cultura do café, que é o produtor-base da economia do Estado. Para não falar nos mortíferos reflexos daquela violenta ação climática sobre o trigo, cujo resultado não foi menos desastroso.

Entretanto, a quebra da colheita do trigo causou redução na produção de sementes para as futuras safras. Como o problema reclamava uma solução premente, a Secretaria da Agricultura não perdeu tempo em divagações, tomou imediatamente as providências cabíveis ao determinar à Café do Paraná a importar nada menos do que 14 mil toneladas de sementes de trigo do México e, por este modo, suprir a demanda. Ora, no Norte do Paraná, bem como nas regiões próximas a Jacarezinho, Londrina e Maringá, os trigaes que escaparam ilesos da tragédia sofreram sensível prejuízo devido a demora da estiagem, que infelizmente coincidiu com a época da gramação.

Enquanto isto, nas regiões Sul e Oeste, onde o plantio do trigo é levado a cabo em época posterior, as chuvas se tornaram um fator positivo para as culturas, atualmente em período de floração e início de aturação. Assim sendo, a colheita nas regiões supra mencionadas será realizada durante a corrente quinzena de outubro. No que diz respeito ao Sudoeste e os Campos Gerais semelhante tarefa terá início nos primeiros dias de novembro.

Segundo as informações de que disponho, a estimativa de colheita de trigo para o corrente ano - que previa 1 milhão e 506 mil toneladas de produto - foi reduzido drasticamente para 585 mil e 400 toneladas, por motivo da ação nociva das geadas. Dessa maneira verificou-se uma perda de 61 por cento da produção. Todavia, conforme recente pesquisa por mim realizada, o nosso país deverá produzir durante o próximo ano menos do que 12 milhões de toneladas de soja, com o Paraná participando dessa soma de forma acentuada, pois o nosso Estado é um imenso celeiro da dita cultura. Aliás, forçada a substituir o papel dos cafezais queimados, a soja desponta desde já como a grande alternativa à expansão da economia araucariana. Baseado em dados fidedignos e colhidos de primeira mão a procura de sementes chega ao nível de euforia, com o preço das mesmas para sacas de 60 quilos oscilando entre 135 e 230 cruzeiros.

Ora, apesar do desastre que afetou a nossa economia, os produtores de trigo conservam um ponto de otimismo e calculam um acréscimo de quase 30 por cento da área cultivada em todo o território paranaense. Não é por outro motivo que a procura de sementes assume, a cada dia que passa, a característica de uma competição. Os próprios informes dos técnicos categorizados da Secretaria da Agricultura representam a melhor prova a respeito, pois os mesmos indicam que o acelerado plantio de trigo a ser colhido pelo processo mecânico recrudescerá as esperanças em prol de uma rápida recuperação da economia paranaense.

O que me torna confiante a respeito, são os fatores predominantes da perspectiva em voga dos próprios plantadores que estão se preparando para colher nada mais nada menos do que 3 milhões e 105 mil toneladas de grão. Por seu turno, a garantia existente de sementes de alta categoria pelo preço mínimo de 48 cruzeiros para cada saca de 60 quilos na próxima safra 1975/76, é outro motivo de alívio. Finalmente a liberação de áreas de cafezais e ínfimo de produção reforçam a minha tranquilidade e esperança na premente recuperação da economia paranaense.

Em recente encontro realizado entre os Ministérios da Agricultura dos Estados Unidos e do Brasil, Alysso Paulinelli e Earl Butz, foram discutidos assuntos referentes a política a ser adotada pelos dois países no Mercado Mundial de Soja, tendo sido definida a posição brasileira de prosseguir apoiando o aumento da produção do grão. Na ocasião, o Ministro Paulinelli afirmou categoricamente que haverá enorme expansão da fronteira agrícola no Brasil, pois esta é a grande alternativa para a diminuição do déficit de nossa balança comercial.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Paraná, patrimônio tão real e indiscutível, levará avante os seus objetivos que são, sem lapso ou dúvida, positivos, marcantes mesmo e a economia do nosso Estado alcançará o invejável estágio que todos nós almejamos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de encerrarmos a nossa participação gostaríamos de fazer um apelo a esta Casa onde se houver oportunidade, amanhã, ou depois, ou quem sabe no início da semana que vem, traremos a esta Casa um apelo da classe comerciária do Paraná, principalmente de Curitiba onde há umas firmas, que não olhando o lado humano dos seus empregados, desejam que o comércio continue aberto aos sábados até às 22 horas.

Era só Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente - Srs. Deputados.

A partir do dia 26 do corrente e até 31 deste mês, Curitiba será palco do maior encontro de contabilistas técnico-profissional do Brasil, quando esses profissionais ratificarão protocolo existente.

Desejo congratular-me com a classe e dizer da importância desse conclave.

Realmente não só pelo fato de ser o primeiro encontro nacional do gênero se reveste de magnitude, o encontro.

Mas, principalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por dar à classe a conscientização de sua importância. Guarda-Livros ontem, contabilistas hoje, são elementos de real importância no contexto da sociedade. pois é através de um serviço que não tem fachada, mas de importância, que eles desenvolvem suas atividades. Na verdade, o contabilista hoje, é indispensável. Tanto no Estado onde tem suas responsabilidades como iniciativa privada onde essas responsabilidades são as mesmas.

Representam fundamentalmente a segurança no desenvolvimento e se constituam e peça de alicerce, também na indústria e na própria lavoura. Nos municípios cumprem a sua tarefa, enfim, realizam uma obra, praticamente anônima, mas de real valor.

Neste encontro, convém destacar o significado da reunião para Curitiba, e que revela, sem favor algum, a liderança dos contabilistas do Paraná que, com seus esforços pretendam fundar diversas associações que farão parte da fundação das Associações Profissionais dos Contabilistas, dando assim o respaldo legal para a defesa da classe.

Os núcleos de trabalho criados no Vale do Ivaí, na região de Campo Mourão, no Extremo Noroeste paranaense, e na região de Cornélio Procopio e em Paranavai, indicam o trabalho realizado em nosso Estado.

E revelam, como afirmou prestigioso matutino, o pioneirismo dos contabilistas paranaenses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao congratular-me com a nobre classe dos contabilistas pelo evento, desejo afirmar aqui a certeza de que dessa reunião poderão surgir novas luzes capazes de conduzir não só os 14 mil contabilistas do Paraná, mas também de outros Estados da União, a um denominador comum que tanto almejam aqueles que exercem essa árdua profissão.

Renovo aqui, a certeza de que eles poderão contar conosco para as justas reivindicações que fizeram, pois inegavelmente têm direito e merecem o nosso apoio.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao quarto orador inscrito Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parecia Sr. Presidente, a todos nós, que o ano de 75 seria

este em que no Brasil se assinalaria a recuperação pelo movimento palpável do regime democrático.

Entretanto, temos sido testemunhas de que historicamente registram-se no País, ao contrário do que era justo que se aguardasse, uma série de atos e fatos desalentadores a todos aqueles que almejam um povo e uma terra livres.

Tem se sucedido, Sr. Presidente, notas oficiais, decretos, outras notas, pronunciamentos, posicionamentos e, por último, fato ainda não registrado, uma circular praticamente revogando ou tentando revogar um dispositivo da Constituição.

É sobre isto que vou ler, Sr. Presidente, em nome da bancada do MDB nesta Casa, os termos de nosso protesto:

“Uma Circular que incide violentamente sobre os direitos políticos dos cidadãos, foi divulgada, ontem, no País, dirigida aos Governadores dos estados pelo Sr. Ministro da Justiça.

Solicitou o Sr. Ministro ordens governamentais no sentido de que as autoridades estaduais competentes não permitam, sob pretexto algum, passeatas, comícios, concentrações ou outras manifestações públicas capazes de provocar agitação, perturbando o trabalho e a vida das pessoas e da coletividade.

A pretensão ministerial, sem embargo do respeito devido pessoalmente ao Sr. Ministro, é estrondosamente inepta, pela cabal inexistência de qualquer preceito legal que a legitime, mesmo dentro das leis de exceção.

É carecedor de tais poderes excepcionais o Ministro da Justiça, sendo, pois, esdrúxulo o ato em exame.

A Carta de 1969, em seu artigo 153, parágrafo 27, estabelece peremptoriamente:

“Todos podem reunir-se sem armas, não intervindo a autoridade senão para manter a ordem. A lei poderá determinar os casos em que será necessária a comunicação prévia à autoridade, como a designação, por este, de local da reunião.”

O que mais estarrece é a ambiguidade do texto dessa Circular, que falta “na preservação de clima de ordem e tranquilidade”, como se fosse possível fazer previsão de que um comício, uma reunião pública, uma concentração, assim como um espetáculo de arte, ou de qualquer natureza, visasse provocar agitação.

E quantas vezes isso acontece?

E se acontece, o que ocorre?

Simplesmente, a ordem é restaurada pela autoridade competente porque o preceito constitucional, a organização administrativa do País e dos Estados-membros assim determinam.

“Não há outra conclusão: no caso, a ambiguidade é a prática confessada da violência e o retrato da atualidade brasileira, em que a vontade do homem se sobrepõe à vontade da Lei.

A constituição assegura aos brasileiros o direito de reunião e de discutir, aprovar e reprovos os atos do Governo. Mas o arbítrio, que não é fruto de entendimento, e sim de insânia jurídica, conclui inapelavelmente, como regra, que as manifestações públicas provocam agitação e perturbam o trabalho.

Daí nosso protesto, em defesa da Constituição, que expressamente declara os direitos públicos, os direitos e garantias individuais e a organização, e funcionamento e a extinção dos partidos políticos, apondo-se a bancada do MDB à aplicação dessa Circular e negando-lhe qualquer efeito jurídico contra as disposições legais e constitucionais vigentes.

Em conclusão, protesta-se em defesa da soberania do povo brasileiro, cuja consciência livre e democrática sempre foi característica desta Nação”.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Pretendo, nesta oportunidade, trazer meu entendimento,

a minha posição, em relação ao que está acontecendo no Brasil, especificamente o que está sendo debatido em todas as assembleias, no Congresso Nacional, com referência aos contratos de risco que o governo Brasileiro pretende adotar.

(Lendo): "O noticiário internacional nos dá conta de que a Inglaterra pretende formar empresa estatal para exploração do Petróleo no MAR DO NORTE? A Venezuela, ainda este mês, comemorou o dia da libertação nacional, ao romper todos os vínculos com as empresas estrangeiras que exploravam seu petróleo.

A própria crise do petróleo, internacional teve origem porque os países árabes se rebelaram contra a exploração de que estavam sendo vítimas pelas SETE IRMÃS, que dominam o mercado petrolífero.

Na verdade a fala presidencial foi um ponto marcante na atual gestão federal. É fácil imaginar a situação brasileira, para que um ex-presidente da Petrobrás, tenha que vir a público, na investidura do cargo de Chefe da Nação, confessar a difícil situação em que atravessamos, face ao elevado endividamento externo. Aliás, neste aspecto nada teve de original o discurso de Geisel, reproduziu com outras palavras, afirmação do Ministro Relator, Batista Ramos, do Tribunal de Contas da União, ao apreciar as contas do Governo Médici e recriminá-lo severamente pelo endividamento exagerado que levou a Nação.

O ponto alto de Geisel, até realista, foi não ter como os governantes anteriores, procurado esconder as dificuldades, mistificando o tão decantado "MILAGRE BRASILEIRO", pois que se ele fosse uma realidade, estaria então a Nação, em condições de suportar a atual crise de energia.

Todavia, e data vênua, omitiu S. Exa. alguns dados importantes para a opinião pública conhecer a gravidade desta situação.

Qual a porcentagem com que o petróleo está representado nestes bilhões de dólares?

Quantos bilhões a título meramente de juros dos empréstimos que foram, indiscriminadamente, feitos pelos governos anteriores em obras hoje desencantadas até pela imprestabilidade ou inoportunidade das mesmas?

Qual o subsídio que o Governo está pagando pelo Petróleo a partir do último aumento de 25 por cento da gasolina?

Sem estes dados, está o povo impossibilitado de julgar a conveniência das medidas anunciadas ou seja da concessão de contratos de risco, bem como se estão corretas as medidas que visam o racionamento do combustível.

Note-se que enquanto os demais países tomam medidas efetivas e diretas de racionamento — objetivando realmente im-

pedir a população de gastos supérfluos de petróleo, nosso governo toma medidas indiretas, ao simplesmente elevar os preços, recaindo o ônus evidentemente às camadas mais pobres de nossa população, eis que aos abastados a elevação do preço nada significa, para racionamento.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sinto a necessidade nesta hora em que a Nação se pergunta, de Sul a Norte, se efetivamente está em risco o monopólio do petróleo, a grande riqueza que é nossa hoje em dia, e com mais evidência deverá ser no futuro — de externar nosso modesto entendimento, e posição que, bem sabemos, se afina com homens do meu partido, em sua grande maioria e com ponderável parcela de arenistas, inclusive a ministros de Estado (Severo Gomes da Indústria e Comércio).

Somos contra os contratos de risco porque eles ferem dispositivo expresso da Constituição Brasileira, inserido no artigo 169 da atual Carta Magna.

O Mestre Pontes de Miranda comentando este dispositivo legal, assim afirma: "A Constituição de 1967, artigo 169, estabeleceu cogentemente o monopólio do petróleo, Tem-no a União. À lei apenas cabe regular o modo de exercício da atribuição monopolística. É indelegável e incedível.

Sociedade organizada no Brasil, mas que se ligue a direito

estrangeiro, sejam pessoas jurídicas de direito estrangeiro, ou sejam filiais ou sucursais de sociedades estrangeiras, não pode ter jazida, mina ou outro recurso mineral, ou energia hidráulica, ou explorá-los, porque o rateio legal foi o afastar toda possível ingerência da atuação externa. O capital pode ser estrangeiro; a sociedade há de ser organizada no Brasil, e pois, somente regida pelo direito brasileiro.

Sobre a Petrobrás especificamente afirma Pontes de Miranda: "A lei 2004 de 3 de outubro de 1953, enumerou as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo e criou a Petrobrás. Tal lei somente podia ser feita com invocação explícita ou implícita do artigo 146 da Constituição de 1946, uma vez que, no artigo primeiro estabeleceu: "Constituem monopólio da União: I A pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e outros hidrocarbonetos fluídos e gases raros no território nacional. II. A refinação do petróleo nacional ou estrangeiro". Nenhuma opinião delega ferenda temos aqui de expender. Toda a exposição de direito há de ser de lege lata. A Lei 2004 criou o monopólio e podia, diante, da Constituição de 1946, criá-lo. Tal monopólio concerne à pesquisa e a lavra de jazidas de "petróleo e outros hidrocarbonetos fluídos e gases raros", e à refinação de petróleo nacional ou estrangeiro. O monopólio é do petróleo e dos hidrocarbonetos fluídos e gases. Quem fala, juridicamente de petróleo, fala de hidrocarbonetos que, por decomposição de matéria orgânica vegetal ou animal, se misturaram em períodos geológicos anteriores àquele em que vivemos.

Aliás, é tal fato arraigado a tradição brasileira, o sentimento de defesa da riqueza do nosso sub-solo, que todas as Constituições quiseram deixar claro e expresso, esse monopólio ou as dificuldades a estrangeiros, de explorarem nossas riquezas do sub-solo.

A propósito, é conveniente ler o que acontecia anteriormente, em 1941, com referência às empresas que procurassem explorar riquezas do sub-solo.

"As ações das empresas exploradoras de jazidas, minas, riquezas do sub-solo e quedas de água, não podiam ser ao portador. Em nome coletivo, em comandita simples, nenhum dos sócios podia ser estrangeiro, nem sociedade composta de estrangeiros, ainda que brasileira. Sociedade, mesmo brasileira, para que pudesse ser acionista de alguma dessas empresas, precisava ser composta por brasileiros e somente por brasileiros. Nenhum dos direitos de sócio era alienável a estrangeiros. Morto o brasileiro acionista, com sucessores estrangeiros, não havia "saísina" (Cód. Civil, Art. 1572), pela "incapacidade de direito especial": as ações tocariam ao sucessor que fosse brasileiro, ou, se sucessor brasileiro não houvesse, seriam arrecadadas. Se, em disposição "mortis causa", tivesse a venda para que se cumprisse o legado, mas ne-

nhum direito teria o legatário sobre a ação como título social. Tal regime foi o que resultou de 1937, salvo o que foi sendo podado, sob pressão capitalista internacional". (Pontes de Miranda — obra referida).

Então, esta tradição do Brasil em defender suas riquezas do subsolo, em particular de estabelecer o monopólio do petróleo brasileiro, constitui uma página verdadeiramente histórica para o Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não somos contrários aos contratos de risco porque assim determina o dispositivo constitucional. Sabemos que uma Constituição pode ser dinâmica e moldar-se, em determinado momento histórico, às necessidades do Estado. Mas, no Brasil, é necessário que se medite um pouco, que se encontrem razões determinantes para se posicionar em favor dos contratos de risco de um momento para outro.

O povo brasileiro suporta um ônus pesado para fazer desta nação uma potência. O povo brasileiro tem suportado, no correr dos anos, um sacrifício que, se considerarmos o restante da história brasileira, é deveras pesado para as atuais gerações. Mas estas gerações receberam um legado, receberam o monopólio into-

cável do petróleo brasileiro. Caberá portanto, aos atuais brasileiros, entregarem estas riquezas às gerações futuras.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, é bastante oportuno, inteligente e necessário este posicionamento que S. Exa. com sua peculiar propriedade vem abordar na tribuna desta Casa.

Hoje, depois que vários intelectuais e vários técnicos e políticos expenderam suas opiniões acerca de tal fato novo, do chamado Contrato de Risco, recentemente arquitetado e lançado mão pelo Governo brasileiro para a exploração do petróleo, somente agora, mas em boa hora e que esta Casa, por V. Exa., se pronuncia a respeito deste fato.

Há poucos dias um grande jurista brasileiro, homem de posição formada a respeito do monopólio petrolífero do País, o doutrinador Caio da Silva Pereira, que, por coincidência é Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, tomou posição individual a respeito da conceituação do que seja Contrato de Risco e disse também de sua opinião.

Se for considerado também a nosso ver, que estes contratos chamados de Contratos de Riscos efetivamente viesse a ser contratos de riscos, poderiam se colocar numa posição de expectativa até positivista a respeito deles; no entanto, é conhecido de todo o Brasil e de todo o mundo, que, uma determinada Nação tem um programa de estudo profundo, tecnicamente profundo e de todo o solo terrestre. Se não fora isto, este chamado Projeto Radam já deu toda uma radiografia da existência petrolífera no País e também de outras jazidas, como foi o caso de minérios de ferro na Serra dos Carajás.

Mas, voltando ao aspecto do petróleo, o Contrato de Risco a nosso modesto ver, não tem lugar esta caracterização jurídica, porque eu vejo, pela divulgação dos atos de técnicos e mesmo da imprensa, de que a existência de petróleo no solo brasileiro é incontestável, e só se dizia que não era exploração porque o custo dele, à exploração, era muito alto.

O Contrato de Risco, na verdade, não tem uma configuração de efetivo risco porque, desde que exista o petróleo, não há risco a correr; o que naturalmente deve ser levado em conta são os 3 aspectos de busca ou prospecção, de extração e do refino do petróleo. São as 3 fases que o Poder Público ou a Petrobrás deveria de fazer ou se faz nos postos existentes. O que desfigura ainda mais, o que poderá desfigurar ainda mais este tipo de contrato e à sua forma de pagamento às multinacionais, que irão explorar este setor, esta riqueza do sub-solo. — seria no caso, a forma de pagamento em óleo ou em dinheiro; se for feito o pagamento em forma de óleo, eu pergunto a V. Exa: onde está o monopólio? Não fica perdido, esvaído, desfigurado e preterido e se for parte em dinheiro, não seria outra a conclusão jurídica desta nomenclatura, outra deste contrato de risco, não seria contrato de prestação de serviço, então eu pergunto mais, porque há pouco tempo teria dito que o Governo, a capacidade de endividamento do Governo não poderia passar de 16 bilhões de dólares e nós notamos que o Brasil ao fim do corrente exercício financeiro, tivera uma carga de 21 bilhões em números redondos, de dólares, e de se perguntar, nobre Deputado, se esses contratos não seriam aí a nossa preocupação, esses contratos de risco não seriam um subterfúgio ou um recurso do Governo para permitir o andamento da sua filosofia, das suas metas, já que o Brasil não poderia contrair dívida financeira e, recentemente, hoje mesmo, a imprensa fala da visita do Ministro das Relações Exteriores à Inglaterra, para intercâmbio comercial e provavelmente novos empréstimos para compra de equipamentos, para prospecção e para o petróleo.

A nossa preocupação reside num sentimento de nacionalismo, não é apenas uma argumentação a fazer, é uma preocupação para o futuro, uma preocupação inclusive de segurança nacional, se fala tanto aqui e alhures em segurança nacional, co-

mo a causa principal da insegurança nacional, é a segurança nacional e não é só o chamado monopólio do petróleo, para mim, nobre Deputado, é a exploração total pela palavra dada pelo Governo brasileiro e na modalidade, nós deixamos aqui firmado nos Anais desta Casa a nossa dúvida, e justamente a dúvida é expandida porque o endividamento do Brasil cada dia mais vem trazendo incerteza na segurança do povo brasileiro.

O SR. NILSO SQUAREZI — Agradeço o aparte de V. Exa. com referência a afirmação de V. Exa. no projeto Radam, realmente este projeto permitiu que se soubesse hoje com certeza, no Brasil, a existência de todas as riquezas minerais que constituem no Brasil, uma das maiores reservas do mundo. Ninguém tem dúvida, hoje, de que tem petróleo no Brasil, mas os defensores dos contratos de risco alegam que a Petrobrás não tem condições para a prospecção para a exploração e afirmam de que “vale termos petróleo se ele está enterrado”. Acredito que seja válida a outra premissa, de que vale arrancarmos do nosso solo petróleo para entregarmos aos outros, não seria mais conveniente deixarmos no solo, que entregarmos aos outros porque não tenho dúvida, a crise do petróleo continuará e nas reservas estarão esgotadas, daí feliz do País que tiver reservas para explorar, Esta argumentação, não adianta termos petróleo e deixar no solo, tem que ser analisada, primeiro é uma afirmação falsa dizer que a Petrobrás está impossibilitada para explorar o petróleo.

Para explorar o petróleo.

E me sirvo de uma obra insuspeita, uma enciclopédia, a última lançada no Brasil, Enciclopédia Mirador, obra séria, que dá um retrato perfeito do que é a PETROBRÁS, afirma esta enciclopédia que “A PETROBRÁS é a terceira empresa, petrolífera do mundo, segundo classificação feita pela revista norte-americana Fortune. Seu índice de eficiência (critério de Fortune, lucro dividido pelo número de funcionários) apresenta condições superiores aos monopólios argentinos, italianos e mexicanos, além de ter ultrapassado os índices de British Petroleum, considerada, uma das mais eficientes empresas privadas do mundo. Alcançou em 1971 um faturamento equivalente a US\$ 875 milhões, o que segundo a revista a coloca em 88º lugar entre as maiores empresas industriais no mundo.”

A PETROBRÁS programa investimentos no setor de refino, que permitirão elevar a capacidade no início da década de 1980 para 1,3 milhão de barris por dia”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos que reconhecer esta verdade, sem qualquer falso ufanismo, que muitos deles, inexplicavelmente agora, não querem aceitar a PETROBRÁS como exemplo marcante e contundente da empresa pública bem sucedida, paga os melhores salários desta Nação. Recruta pessoal altamente capacitado e desfruta da mais alta tecnologia; e não só isto, ela impõe até no exterior, a fim de vencer concorrências internacionais para fornecimento de derivados do petróleo, até mesmo dentro dos Estados Unidos para a própria aviação norte americana.

Como podem repito, os que alegam não ter condições a PETROBRÁS, de explorar o nosso petróleo, justifica que tem ela condições de explorar petróleo na Colômbia, Peru, Equador, Bolívia, além do longínquo Oriente Médio.

Como podem afirmar não ter condições a PETROBRÁS de explorar o petróleo brasileiro, se ela é investimento pelo mundo inteiro?

Porque estes defensores instantâneos dos contratos de riscos, não protestaram quando em março deste ano, o Governo Brasileiro extinguiu a isenção fiscal que a PETROBRÁS tinha, de não pagar imposto de renda sobre os lucros auferidos e passou a partir de março a pagar 30 por cento do imposto de renda, isenção prevista inclusive, na Constituição Brasileira.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, falar em petróleo, nos parlamentos brasileiros não é novidade.

Mas sempre é bom refrescar a mente dos que não acreditam nas condições brasileiras. Falo, não em nome da oposição, mas falo em nome de uma parcela de brasileiros que sabem muito bem de que estes contratos de riscos a curto prazo, inclusive, do próprio Ministro da Fazenda, que afirmou isso, de que a seis ou sete anos, de nada influirão praticamente na balança de pagamentos externos.

E mais um detalhe, me causou estranheza, de que os contratos de riscos, fossem anunciados exatamente quando se aumentou o petróleo e se anunciou um novo reajuste extraordinário na gasolina...

O SR. TRAJANO BASTOS — V. Exa. concede um aparte? (Assentimento).

Eminente Deputado, acompanho com atenção o pronunciamento de V. Exa. e quando hoje o Parlamento brasileiro discute, falando em “contrato de riscos”, quer nos parecer que é mais um neologismo dentro deste aspecto da economia brasileira. Saiba V. Exa. que em 1950 quando se pretendeu e se fundou a PETROBRÁS, uma centena de eminentes juristas brasileiros, e dentre eles o citado por V. Exa., Pontes de Miranda, fizeram parte de um grupo para atender item por item a lei que criava a referida empresa.

Lembramo-nos que nesta oportunidade esses eminentes brasileiros combateram civicamente todos os itens da lei que criava a PETROBRÁS e que deixavam, de alguma forma, portas abertas para o capital estrangeiro neste campo de nossa economia.

Eu disse, que parece mais um neologismo, porque em 50 se tentava a mesma coisa, só que com outro nome. Chamava-se “pesquisa conjunta” e hoje é “contrato de riscos”. Quer nos parecer que com as medidas adotadas pelo Governo atual, conseguiram os grupos internacionais abrir uma fenda na barreira do monopólio estatal do petróleo no Brasil, cujas consequências ilustre deputado, não nos cabe analisar no presente, mas nos cabe o direito de prever as consequências que este “contrato de risco” que trará, para nossa economia e nossa autonomia.

Citando ainda Pontes de Miranda, ao qual se referiu V. Exa. na opinião deste ilustre jurista, o “contrato de riscos” sob o aspecto constitucional não há como se adaptar dentro da própria legislação brasileira, com esta terminologia que impede o Governo brasileiro de fazer este “contrato de riscos”.

Diz Pontes de Miranda, em declaração à imprensa, um jornal também insuspeito, o seguinte: “O “contrato de riscos” é figura de retórica pela qual se tenta mostrar a viabilidade de permitir a participação de empresas internacionais na pesquisa do petróleo. Essa modalidade de operação não está configurada na lei brasileira e sua adaptação ao texto constitucional será certamente grosseira”.

Obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu é que agradeço o aparte substancial de V. Exa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite mais um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Com muita satisfação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Realmente V. Exa. enfoca muito bem a questão da incursão da PETROBRÁS em solo estrangeiro e aos que se arvoram em dizer que não tem condições técnicas, econômicas e financeiras e “know-how” suficiente para exploração no solo brasileiro. Por que então foi para o Iraque, para a Colômbia, etc.?

Perguntaria mais a respeito de uma lembrança quase esquecida, a abertura da Transamazônica, a fábula que se gastou e se abandonou ali no sertão brasileiro.

A ponte Rio-Niterói e quem sabe é oportuno, nobre deputado, perguntar, quem sabe, o exagero dos gastos que estão sendo atribuídos a Itaipu; o exagero de gastos que sempre ocorre

em empreendimentos fabulosos e miraculosos como este.

O que me constrange também e me faz levar a pergunta, é que logo após a ida do Ministro da Fazenda, ao Exterior, se veio, como disse o Deputado Trajano Bastos, com esse neologismo que é uma figura de retórica. Então, convém perguntar: a quê se deve tudo isso?

O SR. NILSO SGUAREZI — Obrigado. Concedo aparte ao nobre Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Deputado Nilso Sguarezi, parodiando o ilustre Senador Paulo Brossard Souza Pinto, quero dizer que não sei se daqui a 8 minutos, 8 horas, 8 dias, 8 meses, 8 anos, isto aqui está aberto. E não poderia deixar, porque pode ser daqui 8 minutos, de incluir no discurso de V. Exa. o seguinte: eu que aprendi matemática, muito mal é verdade, consta que dos 21 bilhões de dólares de nossa dívida, 3 bilhões se refere a petróleo, seria o nosso gasto em petróleo, 10 por cento de três bilhões, são 300 milhões de dólares.

Portanto, matematicamente, o problema não é o petróleo de nossa importação. Alguma coisa mais existe, não sou quem o diga, mas o próprio Presidente da República que, ao limitar a importação do supérfluo, está a confirmar o que estou dizendo. Mas, por que não se limitou isso há mais tempo?

Porque, Deputado Nilso Sguarezi, todos nós sabemos que os árabes, a OPEP iria aumentar o preço do petróleo e não tomamos conhecimento, não tomamos providências antes. Acontece que, talvez nestes 8 minutos que nos restam, são suficientes para dizer que, neste País, de alguns anos para cá, quando se iniciou o preparo dos contratos de riscos, ainda nos gabinetes dos ministros, se começou a armar.

Viu-se que nas próprias Forças Armadas, e no povo, não haveria condições de passar tais contratos. Então, os “Delfins” deste País, os “Robertos Campos” deste País, começaram a tramarmos — como sempre tramaram neste País — e tramaram e levaram o Brasil à insolvência. Para, daí justificar agora que o Senhor Presidente da República possa admitir crise econômica. Crise que, diga-se de passagem, o nosso Partido, há muito tempo vem alertando que passaríamos. Mas, continuamos a comprar maçãs, a comprar whisky, a comprar motocicletas, isto em benefício da economia de outros países.

E se me permite, V. Exa., nestes 8 minutos, fazer constar, no discurso de V. Exa. este nosso pensamento.

O SR. NILSO SGUAREZI — Muito obrigado Deputado Deni Schwartz. Eu estava exatamente me referindo a esse aspecto. O Governo anunciou os contratos de riscos. Mas, através das palavras do Ministro da Fazenda diz que os contratos de riscos não se deve a endividamento.

Então, se devem a outros fatores. Seria maximizar, seria acelerar, a exploração do petróleo?

Evidentemente que não há um só brasileiro que não saiba que isso deve ser feito. Mas, a Petrobrás vem desenvolvendo esse aceleração.

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, apenas para selar o brilhante pronunciamento de V. Exa., gostaria de contribuir com este pensamento que há muito li, não sei de quem é.

Esse pensamento diz: “o privativo de liberdade imposto a um povo, é a abertura das portas para o empobrecimento e até a falência de uma Nação”.

O contrato de risco, a nosso ver, é mais um capítulo da triste novela “Milagre Brasileiro”. Saiba V. Exa. que outros milagres virão e só Deus sabe o final desta história. Talvez já escravizado o povo brasileiro terá que marchar para as grandes economias dos países capitalizados. Parabéns pela coragem do seu pronunciamento e oxalá que seja repetido por todos os parlamentos do país e, acima de tudo, seja sentido através dos ouvidos da

direção administrativa deste país, para que se tome uma medida melhor do que essa que tem sido tomada nos últimos anos.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço nobre Deputado, e devo dizer que a visão do problema petrolífero do mundo, não deve ser observado apenas internamente. Todos os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, é que estão amargando o preço do petróleo. Porque, pergunta-se, onde os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos estão aplicando a fabulosa riqueza que estão ganhando com o petróleo? Quem são os grandes favorecidos com o aumento do preço do petróleo? Em que estão se transformando os bilhões de dólares do petróleo, que estão ganhando aqueles países? Em armamentos, ou em grandes investimentos nos países desenvolvidos. Qual o país da América do Sul que recebeu investimentos do Oriente Médio? Os bilhões de dólares estão sendo aplicados exatamente nas grandes potências do mundo.

Então, Srs. Deputados, o Brasil, um após em desenvolvimento, tem que pensar numa solução para si, em função do que acontece no panorama internacional. Será que o povo pode cerimoniosamente ser afastado desse debate, Srs. Deputados? Será que essa portaria do Ministro da Justiça retrata fielmente o sentimento de democracia que um país quer? Será, Srs. Deputados que se pode impedir um povo de defender a economia de sua Nação? Será, Srs. Deputados que devíamos deixar cair por terra o sacrifício e a coragem heróica de um povo que sustentou o Congresso em 53, para que ele pudesse votar a lei contra o truste internacional? Será que uma portaria do Ministro da Justiça poderá impedir o sentimento de brasilidade que brota em todos os brasileiros?

Este é um momento grave que o Brasil atravessa. Uma dívida que o Brasil tem condições de pagar a curto prazo, não pode justificar a entrega eterna, de nossas riquezas. De que vale arrancarmos o petróleo do solo para entregarmos a outros? Esta é a pergunta que deve ser feita e não "de que adianta deixarmos a riqueza enterrada?" Mas os tesouros se guardam enterrados.

Por que o governo brasileiro não dá condições à Petrobrás para que ela, em curto prazo realize esse trabalho. Porque não deixar passar dois ou três anos, se os próprios contratos de risco estão sendo processados em 6, 7, ou 8 anos? Por que não dilatar um ano mais o prazo e não transferir isso para a própria Petrobrás?

Por tal razão me coloco inteiramente contrário a tais contratos de risco. Bem sabemos de que de pouca coisa vale o posicionamento de um homem público perante às determinações tecnocratas, do Executivo Federal. Mas, se a curto prazo não resolve, talvez um dia poderá esta voz, voz que se fazem sentir na ARENA e no MDB poderão tais vozes transformar esta Nação realmente numa democracia, onde o povo seja ouvido, onde o povo possa realmente ter o sagrado direito de opinar sobre os destinos de sua Pátria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço os apartes solidários e acredito que o eminente Presidente da República deveria levar o tema para debate no Congresso Nacional, mesmo porque o partido do Sr. Presidente da República, detém a maioria do Congresso Nacional. Se a questão for fechada poderá retirar de lá a decisão que quiser e pretender. Mas, acredito que foi, exatamente, por sentir que dentro do próprio partido do Governo existem posições contrárias, que não se permitiu o debate e se feriu o monopólio estatal. O monopólio é claro, nas pesquisas, de petróleo, é privativo da Petrobrás.

Srs. Deputados, o Governo brasileiro deveria isentar a Petrobrás, do imposto de renda, como ela vinha sendo isentada, porque esse imposto de renda é destinado a uma empresa que está na salvaguarda da economia nacional, que é o petróleo. A Petrobrás é uma empresa classificada por uma revista especializada em petróleo nos Estados Unidos, como a terceira empresa petrolífera do mundo. Se a Petrobrás se concentrasse aqui no território

brasileiro, onde se sabe com certeza que existe petróleo, se concentrasse aqui todos os seus recursos, a curto prazo, Srs. Deputados, estaríamos como a Argentina, um país sem as condições do Brasil, mas que já conseguiu praticamente atingir a auto-suficiência com o monopólio estatal. A Argentina com o monopólio, praticamente, é auto-suficiente de petróleo hoje em dia.

Portanto, não se pode admitir a afirmação de que nos países em desenvolvimento o monopólio do petróleo é uma falência. Aí, do nosso lado, está a Argentina a provar o contrário, a Argentina que não tem a mesma credibilidade na opinião pública internacional na credibilidade monetária de recursos financeiros, consegue auto-suficiência em petróleo.

Mas, parece que existe exatamente montado sobre a Petrobrás um processo de cerceamento de sua expansão. Exige-se que pague imposto de renda, proíbe-se a subscrição de mais ações, manda-se a Petrobrás para o exterior tirando daqui ponderáveis forças para aumentar, maximizar e acelerar a prospecção do nosso petróleo.

Para estes pontos de vista, especificamente para estes pontos de vista que a Portaria do Ministro da Justiça não quer que o povo discuta. Poribram passeatas, comícios e manifestações. De que viverá um partido político? Pergunto aos Srs. Deputados da Arena — de que valerá um partido político hoje se os Senhores estão impedidos de debater com seus Diretórios, em concentrações políticas, os assuntos relevantes desta nação? Em que clima vivemos nós, se o próprio senador da República, como disse o eminente Deputado Deni Schwartz, levanta no Congresso Nacional e diz: se me faltarem oito minutos, eu aproveito estes oito minutos.

Muito tombaram e outros tombarão, e temos certeza de que o processo de cassação está tramitando nesta nação. Prisões indiscriminadas se efetuam e o acomodamento toma conta de todos. Quantos nos pedem e nos clamam: não toque neste assunto porque é um assunto delicado, mas a frustração pessoal varia de um para outro, e, pretendo sair desta tribuna, pretendo sair desta Assembléia, se o jugo dos carrascos que já ceifaram muitos mandatos, no seu entendimento nos podaram, na realização pessoal daqueles que acreditam me coisas mais elevadas.

Dar-me-ei por satisfeito, dar-me-ei por realizado.

Não posso me calar e ninguém me impedirá de vir a uma tribuna, e dizer, mesmo discordando e procuro fazer, com respeito, a Sua Excelência o Sr. Presidente da República, que, não concordo com os Contratos de Risco porque entendo que eles atentam verdadeiramente a uma tradição brasileira de que é o monopólio do nosso petróleo, atentam especificamente para a autosuficiência que poderemos encontrar no petróleo, e uma nação não pode pensar apenas numa gestão presidencial, como num governo de estado, como numa prefeitura, e nenhum homem tem o direito de pensar apenas nos seus anos de mando, mas pensar, voltado para o futuro, para os destinos das gerações futuras. Os que pensam na afirmação de que em 20 anos o petróleo não será mais energia do mundo, data vênica, estão equivocados e não se baseiam em argumentos científicos.

Uma própria argumentação capitalista poderá servir para dizer isto, a maior multinacional do mundo está exatamente alicerçada no petróleo, na indústria automobilística, na indústria de maquinaria que se alimentam do petróleo.

Essa monstruosa infraestrutura e estrutura do mundo inteiro não mudará em 20 anos porque o petróleo ainda, por muitos e muitos anos será a principal fonte de energia, neste planeta.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência consulta o nobre Deputado Fidelcino Tolentino, se quer fazer uso da palavra, por 3 minutos?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Digo a Sua Excelência que 3 minutos seriam insuficientes para eu fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a hora do Expediente.
Passa-se à Ordem do Dia,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 12/74, de autoria do Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, que declara de utilidade pública, a Associação Médica do Paraná — Regional de São José dos Pinhais, cidade do mesmo nome. Pareceres **favoráveis** da CCJ e CF. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 38/75, de autoria do deputado Egon Pudell, que declara de utilidade pública a Associação de Senhoras de Rotarianos da cidade de Medianeira. Pareceres **favoráveis** da CCJ e CF. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 55/75, de autoria do deputado Nelson Buffara, que denomina Professor Bento Munhoz da Rocha Netto, o atual Grupo Escolar da localidade de Porto dos Padres, na cidade de Paranaguá. Pareceres **favoráveis** da CCJ e CIP. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 92/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem nº 28/75, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva construir, sob forma de empresa pública a EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO PARANÁ — EMOPAR, vinculada à Secretaria de Estado da Administração e com destinação que especifica. Pareceres **CONTRÁRIO** da CCJ., e **favoráveis** da C.F. e COPTC., com **SUBSTITUTIVO, EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Sobre o referido Projeto, foi apresentado requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, no seguinte teor: (Lê):
“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja feita votação nominal ao projeto de Lei nº 92/75, de acordo com o art. 134, § 39, nº V do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1975.

a) ADALBERTO DAROS”

Em votação o requerimento — Os Srs. Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão. — **Rejeitado.**

O SR. DEL CIEL — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A requerimento, será feita a verificação de votação. Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento do Sr. Deputado Adalberto Daros, queiram levantar-se.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. quer repetir a ordem, colocou em votação...

O SR. PRESIDENTE — Coloquei em votação de modo inverso.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. Votaram rejeitando 23 Deputados e aprovando 20 Deputados. — **Rejeitado o requerimento.**

Em discussão o projeto e o seu substitutivo. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa adverte ao nobre Deputado, lembra ao nobre Deputado que está em votação o substitutivo.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — O Projeto e o substitutivo ou com o substitutivo ou o substitutivo?

O SR. PRESIDENTE — A discussão é comum, do projeto e do Substitutivo, Agora a votação é do substitutivo.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Não tem importância?

O SR. PRESIDENTE — Não.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Havíamos encaminhado ontem, 1 requerimento à apreciação deste egrégio plenário desta Assembléia, para que o substitutivo deste projeto que pretende o Sr. Governador do Estado criar uma empresa de obras públicas que vem substituir os serviços que até então estavam sendo realizados pelo Departamento de Obras Especiais do Estado. Tinha aquele requerimento, o objetivo principal e legítimo, era de que a Comissão de Orçamento pudesse apreciá-lo já que estirpava do orçamento vigente, modificava ou pretendia modificar — como pretende — verba destinada especificamente a outro destino.

Entendia e entendo que uma matéria onde se pretende modificar verba orçamentária, não possa nem deve a Comissão de Orçamento não lhe verificar. Este foi o mérito do pedido que ontem levamos à consideração do plenário. Não havia, até então, nem um outro designio que não prestar a homenagem a lei, tributar ao regimento, embora obsoleto (o regimento interno) a consignação e a exigência que ele faz de que todas as matérias relativas ao orçamento, a Comissão competente desta Casa devia como deve, apreciar. Sabemos de antemão, já pela votação do requerimento do nobre Deputado Adalberto Daros, que será matéria vencida, lamentavelmente vencida, porque a Oposição neste Poder, não conseguiu ainda fazer número maior que o partido do Governo.

A Constituição do Estado em seu artigo 32 e parágrafo, faz com que se legitime a este Poder, dos poucos que lhe resta, a viabilidade de fiscalizar, a viabilidade de considerar as verbas que o Estado arrecada através do seu organismo, de sua máquina montada.

E se subtrai a este Poder, a possibilidade de fiscalização, de se submeter aos homens que aqui se fazem representar, então que falta mais tem o Poder Legislativo?

Ainda agora, víamos as considerações do Deputado Nilso Sguarezi, e eu não posso passar em branco, a lembrança de que da tribuna, há poucos dias, defendendo ferrenhamente a questão de um requerimento encaminhado para verificação do problema PARANATUR pelo líder da ARENA e do Governo, que teria a PARANATUR era uma empresa que não estaria sujeita à apreciação de contas, e nem de investigação por parte deste Poder Legislativo.

É exatamente este, o pensamento que nos acode a respeito da formação desta empresa. E porque, perguntaria, Srs. Deputados, a pressa na aprovação deste projeto; porque regime de urgência, quando um substitutivo vem marginalizar o projeto original, quando um substitutivo vem dar uma colocação eminentemente jurídica para criar na mentalidade dos Srs. Deputados, uma idéia diferente do que seja o mérito do projeto. Do ponto de vista jurídico, o exame, não teríamos críticas a fazer, porque reconhecemos o esforço do deputado que o fez, mas, no entanto de que maneira este Poder se levanta. De que forma se pode interpretar a pressa na aprovação e eu perguntaria mais, exatamente no momento em que o substitutivo foi votado pela Comissão, votado e rejeitado. Porque o regime de urgência, se não se conheceu, senão às pressas, o conteúdo do substitutivo, e os Srs. Deputados não tiveram tempo de apreciá-lo com maior rigor, porque não foi apresentado a tempo?

Por que o regime de urgência?

Isto me leva — datíssima vênica — a crer que por trás deste corolário todo existe uma outra coisa que poderia ser interpretada como se interpretou a Comissão reunida, aquela Comissão que este mesmo Poder ficou sem saber se tinha ou não validade. Justamente, entendo agora que a subtração da apreciação ampla deste Poder cria uma fissura no direito administrativo. A medida, que o plenário não discute este projeto, no meu entender há o

preterimento não só de normas administrativas, mas cria também a interpretação de inconstitucionalidade do substitutivo.

Chamo a atenção dos nobres Deputados para este aspecto. Este Poder claudicante que é o Legislativo de hoje, não se pode furtar ao dever e à obrigação da apreciação ampla de um projeto que não tem senão uma configuração partidária de urgência.

Entendo, nobres Deputados, que um projeto desta natureza, que vai criar direito e obrigações, que vai dar uma estrutura jurídica à administração, deveria ser apreciado com maior rigor.

Perdoem-me, Srs. Deputados, que eu assim o entenda. Pergunto: Por que a pressa na apreciação deste projeto? Não haveria razão suficiente para discutí-lo mais amplamente? Por que a Comissão de Constituição e Justiça o recusou?

Sr. Presidente, deixo desta tribuna o meu pesar se este projeto for aprovado sem um tratamento mais sério, sem um debate mais amplo, como se pretende fazê-lo, o meu voto será, como o foi desde o início, pela rejeição e deixarei uma lembrança a todos os nobres Deputados, indistintamente, para que se lembrem de que o Estado não é mero organismo de Poder. Ele conduz a família, a economia e a estrutura de tudo que de mais valioso se tem — a preservação e o destino de uma administração, e das futuras. — (Com revisão do orador).

O SR. ENÉAS FARIA — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, primeiro ao Sr. Deputado Del Ciel, que já se havia inscrito.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estranho a posição da bancada arenista nesta Casa, que veda, que impede à bancada da Oposição de, através de recursos regimentais, buscar prazos para análise séria que merece projeto de tamanha envergadura.

Sofreria temor, ou vergonha, a bancada arenista desta Casa, ao negar, à Oposição, ao menos o direito de fazer registrar nos Anais deste Parlamento, o voto, a decisão de cada Deputado que aqui tem assento; de cada representante do povo que aqui se faz presente.

Negado foi à Oposição, o direito do envio a uma das Comissões Técnicas que, como bem fundamentou o ilustre Deputado que me antecedeu com plenas credenciais, e com responsabilidades inclusive, oferecer seu parecer técnico, principalmente, quando constatamos que a mais importante, ou uma das mais importantes Comissões Técnicas desta Casa, ofereceu parecer contrário ao projeto de Lei que a bancada arenista precipita a decisão deste Parlamento, na sua apreciação.

É, a meu ver, a EMOPAR, outra SANEPAR, que se cria no Estado do Paraná, outra TELEPAR que se impõe ao povo paranaense.

É, a meu ver, uma outra companhia que acabará por decretar a falência do Poder Executivo do Estado do Paraná; que acabará também por decretar maior enfraquecimento deste Poder Legislativo que já não mais tem amplos direitos de exercer até mesmo a fiscalização do Estado do Paraná, direito esse negado pelo ilustre Líder da bancada arenista, quando apreciou um pedido de informações de um dos nossos companheiros desta Casa.

Vejo a EMOPAR, gostaria de ter, como gostaria a maioria dos nossos companheiros, a oportunidade de estudá-la melhor, de provocar modificações que poderiam dar validade a sua existência.

Mas, se todas as oportunidades nos foram negadas pelo partido governista, que parece ter comprometimento com o Governador do Estado de, apressadamente, entregar as condições legais de criação da EMOPAR, não mais em regime de urgência, mas de urgência urgentíssima, sem razões que a fundamentam.

Vem aí, ou virá aí, da decisão da bancada governista, mais uma empresa pública. Certamente com grandes privilégios para poucos que terão acesso a novo "cabide de empregos" no Estado do Paraná. Decreta-se aí, também a falência e o desrespeito das

Secretarias de Estado, cujos Secretários reconhecem a incapacidade, pela impotência para gerir a pasta que lhe foi confiada. Não vemos tão somente como reflexo do progresso administrativo, a criação de empresas de economia mista, das autarquias, ou empresas públicas, como no caso que presentemente focalizados.

Pedimos através de todos os recursos regimentais, a oportunidade para melhor analisar a matéria e oferecer a contribuição do partido opositor, para uma decisão, talvez até por unanimidade, deste Poder Legislativo. Vejo também um desrespeito, até mesmo com membros do partido governista, que analisando com seriedade a matéria, vieram de opinar na Comissão de Constituição e Justiça e fazer pública a sua posição, o Deputado Accioly Neto, que infelizmente se encontra ausente por motivo de doença, ressaltando também a posição do Deputado Aragão de Mattos Leão, que por princípio dá atendimento ao chamamento de sua mente e certamente no reduto eleitoral do povo que representa, assumindo posição de coragem e destaque na bancada situacionista desta Casa.

Duaz vozes se ergueram, uma silenciada pela doença que acometeu e outra aqui presente, para conscientemente depositar seu voto contrário contra essa medida que sentimos que a decisão precipitada deste Parlamento será mais um grande onus para a economia paranaense, para nossa gente para nosso povo.

Venho à tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para fazer registro de nosso posicionamento contrário à criação dessa empresa pública, a EMOPAR.

Combateemos, quando vereadores da nossa cidade, a intenção da encampação dos serviços de água de Londrina, através da SANEPAR. Muitos municípios e em muitas Câmaras Municipais vozes se ergueram como a nossa, e eu dizia naquela oportunidade que os municípios que entregavam seus serviços de água, estavam entregando sua própria liberdade e a sede se esparramou pelo Estado do Paraná, mais do que as águas que deixaram de jorrar das torneiras das residências...

O SR. PRESIDENTE — Concedo mais 1 minuto para V. Exa. terminar a sua oração.

O SR. DEL CIEL — Agradeço, Sr. Presidente.

A TELEPAR, também assim se implantou. Foi entregue em sessão com decisão rápida, como se pretende hoje, e deve ter seu patrimônio comprometido e entregue à autarquia nacional, ao setor nacional vinculado às telecomunicações.

Vêm os Estados e os municípios brasileiros, enfraquecendo a cada dia que passa e parece que os homens públicos concordam e a grande maioria dos homens públicos, pelo menos aqueles vinculados ao partido governista, à ARENA, com a falência dos poderes Executivos Municipais e do próprio Poder Executivo Estadual.

Que se registre nos Anais da Casa, o nosso posicionamento em defesa do Estado do Paraná e da gente que aqui representamos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Entendo que em qualquer atividade e principalmente nós que exercemos a vida pública, não existe o vazio e o vago. Quando se processa o recuo, alguém sempre haverá de ocupar o espaço que se abriu. Triste, Sr. Presidente, o episódio que estamos vendo, porque este Poder está a processar o recuo nas suas prerrogativas.

Triste, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que talvez não nos apercebamos que este é o fato que hoje estamos vivendo.

Abdicamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de uma das prerrogativas mais importantes, senão a maior do Legislativo de hoje, que é o poder efetivo de fiscalização ao estarmos a oferecer

ao Executivo, e já um processo se desencadeia para mais e mais com outras investidas deste tipo entregar ao Executivo o instrumento que o aparta da fiscalização deste Poder.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, emoldurado pela mensagem governamental chegou a esta Casa, e a expressão talvez não seja originalmente minha, "um aleijão rotulado de projeto de lei", procurando e tentando criar a Emopar.

Tentou-se no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, onde próprio seria debater a questão, burilar o projeto, dar foros de legalidade. Mas, veio, então, aodadamente a urgência para o projeto, não justificada e, até hoje, não explicada por razões mais insistentes ou mais substanciais capazes de nos curvarmos à necessidade da premência dessa aprovação.

Retirou-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados da Comissão de Constituição e Justiça a oportunidade de debater a questão e até mesmo de proceder uma análise mais substancial ao trabalho que o talento e as virtudes do eminente Deputado Luiz Roberto Soares. Tivemos lá, Sr. Presidente, que rejeitar o projeto pela ausência de condições de debater o trabalho de S. Exa., de estudá-lo, de emendá-lo. A urgência impediu, também, que esta Casa, em órbita maior, pudesse se deter no estudo do projeto de lei. Mas, sobreveio, Sr. Presidente, um substitutivo rejeitado naquela Comissão.

Mais tarde sem que a Comissão de Obras se ativesse às suas prerrogativas, talvez homenageando o Deputado, ou talvez entendendo que era a melhor forma, encampou o substitutivo já rejeitado.

A Comissão de Finanças, talvez pela pressa com que deveria dar seu parecer, pouco ou quase nada acrescentou como subsídio para que pudesse firmar uma melhor posição. Inclusive, revelou a esta Casa outras facetas do que aqui se pode realizar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, duas razões nos levam a manter a posição anteriormente adotada. Entendemos antijurídico e inconstitucional o projeto, e entendemos não haver justificativa para se dar aprovação à pretensão do Executivo, e minha pretensão, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quando até mesmo a maioria nesta Casa nos retirou o instrumento regimental de marcarmos a nossa posição, a minha pretensão neste encaminhamento de votação é transformá-lo numa declaração de voto, reafirmando, para que dos Anais desta Casa, conste, de que, voto contra, pela rejeição do projeto.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O projeto que pede a criação da EMOPAR, para mim foi um instrumento do aspecto da força e da falsidade, e faz com que eu pudesse verificar que os textos bíblicos não falham. E lá diz um: "Maldito homem que acredita em outro homem".

Desde que aqui chegamos como um dos representantes do povo do Paraná, tivemos o nosso pensamento e respeito voltados aqueles que, como nós, aqui estão no projeto digo objetivo do cumprimento de um dever.

Fui convidado pelo ilustre Deputado Quielse Crisóstomo, para integrar a Comissão de Finanças desta Casa, Comissão que até ontem não teve nenhuma reunião, para dar pareceres em seus projetos, Comissão que tem agido ilegalmente porque o seu Presidente não procurou, em nenhuma oportunidade, reunir os seus membros, para debater os processos que por lá tramitam; mas mesmo sabendo que esta atitude era ilegal, mesmo atendendo que faltava a direção do Presidente da minha Comissão, acima de todos estes entendimentos estava o meu respeito por S. Exa. e muitas e muitas vezes assinei projetos aqui neste plenário, e, este último assinei quando assumia a 2ª Secretaria da Mesa, e disse ainda a S. Exa. que, já sabia com antecedência que eu era contra o projeto da EMOPAR, contra, porque era inconstitucional, contra porque era ilegal, contra porque é de inetersse de grupos, con-

tra porque é prejudicial aos interesses do Paraná.

Lancei neste Projeto fatídico a minha assinatura; logo em seguida, Sr. Presidente, Srs. Deputados, percebido, que fui vítima do doto e da má fé, acima de tudo, da falta de respeito deste homem que mereceu toda minha confiança pelo pejorativo de mentiroso.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Pela Ordem, nobre Deputado, os artigos referentes à atribuição do Presidente da Mesa, artigo 151, parágrafo 5º, em horário impróprio para aparte, sinto-me agredido pelo nobre orador da tribuna, solicito, pela ordem, a interferência, realmente da Presidência da Mesa.

O SR. PRESIDENTE — O pedido de distorção de ordem, a Presidência solicita ao Deputado que ora ocupa a tribuna, que evite usar termos injuriosos aos Srs. Pares, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. LÚCIO MACHADO — Apenas historiando os fatos, Sr.

Presidente, S. Exa. o Sr. Deputado que ora ocupa a tribuna, disse na oportunidade, usando do pejorativo que não se coaduna com o decoro desta Casa, que mentíamos ou melhor dizendo que éramos mentirosos, mas ao que consta dos pejorativos S. Exa. foi também a Rádio Cultura e lá repetiu este pejorativo como se quisesse dar um exemplo, a de que nós não estamos capazes do exercício da função de parlamentar. E o pior, Sr. Presidente, é o poder da forma que emana desta força do poder, porque a própria Rádio Cultura parece nos negar o direito de resposta. Vimos quanto é contra a vontade do grupo para formação da Emopar, o Paraná inteiro está vendo, ouvindo e sentindo este ato de urgência, urgentíssima para se formar mais uma arapuca na economia do Paraná. Se todos nós sabemos, e nenhum deputado pode desconhecer que este projeto de conformidade com o artigo da Constituição Estadual, é inconstitucional. E se nós sabemos que é inconstitucional desde o principio, desde a primeira vista, deste projeto, como desde o principio, desde a primeira vista de outros projetos desta mesma natureza, nós nos declararemos contra, simplesmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para justificar, acreditamos que fomos vítimas do dolo e da má fé. manteremos nosso respeito ao nobre Deputado Quielse Crisóstomo, jamais, a partir de hoje assinaremos, daremos coisa de nossa condição enquanto S. Exa. estiver na Presidência, sem primeiro ler, verificar, objetivar do que consta e ainda queremos dizer, como Vice-Presidente daquela Comissão, não aceitaremos doravante que se dê: parecer dentro da nossa Comissão, sem que se dê, que se reunam sems membros e dê o Parecer.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez voltamos a esta tribuna para falar sobre a Emopar precisamente sobre o tão falado aodadamente na votação desta Mensagem.

Quero inicialmente, agradecer a divulgação feita pelo jornal "O Estado do Paraná" quando aqui compareci a esta tribuna justificando meu pedido de regime de urgência e que foi bem divulgado e bem posto, mas depois do pronunciamento do eminente Deputado Fidelcino Tolentino e que é louvável o seu ponto de vista contra o projeto da Emopar até antes de conhecer o projeto não pode servir como argumento, o nosso pedido de urgência, a este Projeto. Pois esta mensagem é datada do dia 7 de julho, recebido por esta Casa em 17 de julho, foi dado entrada na Comissão de Justiça em 5 de agosto. No dia 10 de setembro o eminente Deputado Luiz Roberto Soares, depois do seu parecer foi dado pelo Sr. Presidente que havia avocado o projeto, Accioly Neto, o eminente Deputado Luiz Roberto Soares recebeu esta Projeto em 10 de setembro, apresentou um substitutivo louvado e apoiado por todos nós com todo o cuidado, procurando argu-

mentar com justiça e com seriedade; no dia oito de outubro encaminhou numa reunião da Comissão de Justiça, apresentando substitutivo com sua justificativa. Mas antes disso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós participamos de uma reunião, com a presença do Sr. Secretário de Recursos Humanos, do Sr. Secretário de Administração, da bancada da Oposição e alguns Srs. Deputados da Arena. Nesta reunião, por solicitação do Deputado Trajano Bastos do Deputado Luiz Roberto Soares, fiz uma exposição do trabalho que deveria ser apresentado na Comissão de Justiça.

Mas a Comissão de Justiça, em reunião, houve por bem, rejeitar o substitutivo apresentado pelo eminente Deputado Luiz Roberto Soares, rejeitar, não por ser inconstitucional, não por ser ilegal, como se argumenta, mas sim, porque não houve tempo suficiente na elaboração da matéria, estou de pleno acordo, porque se não houve tempo, nós não devemos votar aquilo que não conhecemos e como deveria ter assinado o Deputado Lúcio Machado, o nosso parecer, sem o devido conhecimento. O que sabemos, que não é verdade, há 15 dias, eu já sabia do seu ponto de vista favorável. Porque o Deputado Quiesle Crisóstomo havia me procurado quando eu estava com um projeto do qual era relator o Deputado Lúcio Machado, dizendo que estaria de acordo com o projeto, porque tinha conhecimento dele. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, depois do meu pronunciamento nesta tribuna, quando fiz um apelo justificando o meu ponto de vista sobre o pedido de urgência, disse eu que havia muito tempo para estudar, este substitutivo do dia oito de outubro para cá estava junto com a mensagem e está nesta Casa a disposição de qualquer um dos Srs. Deputados. Aliás, tive oportunidade de entregar alguns exemplares a alguns dos Srs. Deputados. No dia 13 de outubro, na minha Comissão, à qual fui relator, dei parecer sobre o projeto.

Mas que não sirva de argumentação o meu pedido de urgência, porque numa mensagem como esta, tão bem justificada, não se poderia dizer que é inconstitucional ou ilegal porque está devidamente fundamentada. Quando se argumentou que a criação de uma empresa como esta, foge à nossa fiscalização, eu perginto Srs. Deputados, depois de o projeto apresentado pelo eminente Deputado Trajano Bastos, do qual também foi relator na minha Comissão e com todo prazer deu parecer favorável e com muita satisfação. Porque o Governo quer que cumpramos com o nosso dever fiscalizando, certificando seus atos.

E pergunto se com este projeto que será transformado em lei, porque tem o apoio de todos nós desta Casa, haverá alguma inconstitucionalidade, alguma irregularidade na criação da Emopar.

Vimos críticas ao Governo por escolas cobertas de sapé, o, que não é verdade. Sabemos que se essas escolas existem, não são do Estado. Foi criticado e pedido ao Governo que melhorasse estabelecimentos de ensino, que fizesse reparos necessários.

Já fui oposição quando exercia o mandato de vereador, mas sempre procurei dar cobertura e ajudar o prefeito na administração, criticando nos seus atos, quando falhos. Nesta Casa cumprimos com nosso dever, com independência, sem sermos subservientes.

Por este motivo votamos favoravelmente a esta mensagem, votamos com nossa consciência tranquila de estarmos cumprindo com nosso dever. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ernesto Gnoato, para encaminhar a votação.

O SR. ERNESTO GNOATO — Sr. Presidente.

“Declaração de voto.

Voto a favor do projeto da EMOPAR porque é tese administrativa e não política.

Fui prefeito com minoria de minha Câmara de Vereadores. Não tenho compromisso com o Governo, não devo ao Governo e nem aos Deputados da Situação. Voto na minha consciência e acho coerente que a administração não pode sofrer continuidade por caprichos políticos.

O Canal 4 não é nosso Presidente de Partido, O MDB tem o seu Presidente que é o Dr. Scalco. Nosso líder nesta Casa é o Dr. Muggiati,

Sou Deputado Estadual pela 12ª cidade do Paraná em população, que é Iporã. Sou fiel ao meu partido, que é o MDB.

É minha declaração de voto”.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Quiesle Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Ao ouvir o pronunciamento do nobre Deputado Ernesto Gnoato, percebemos, para gaudío desta Casa, para satisfação íntima nossa, que nem tudo está perdido.

Encontramos, a cada dia, um soldado que cai nesta luta de representação popular, batido pela sua própria incapacidade, vemos renascer um outro soldado, o qual haveremos de respeitar na pessoa do Deputado Ernesto Gnoato.

Mas, queremos, para não perder a oportunidade, voltar ao assunto do procedimento do nobre Deputado Lúcio Machado, na Comissão de Finanças, da qual sou Presidente e S. Exa. Vice-Presidente. Quase no final do ano, dezenas, centenas quase, de projetos, passaram pelas mãos pela apreciação, pela aprovação ou reprovação, da Comissão de Finanças, e o nobre Deputado Lúcio Machado, assinou-os sem ver, sem ler não tenho certeza - e somente agora, no final do ano, houve por bem fazer uma declaração de voto, dizendo que desconhecia a matéria.

Só posso lembrar de uma frase de um político nosso, homem simples, e talvez essa frase não fosse nem sua, o ex-Deputado Arthur de Souza: “na vida pública, como na particular, o homem pode perder uma oportunidade de falar, nunca perder a oportunidade de silenciar.”

E acho que o nobre Deputado Lúcio Machado, nesta tarde, perdeu uma grande oportunidade de calar. Porque, se votou sem saber o que estava fazendo, como disse muito bem o ex-Deputado Cândido Martins de Oliveira, no seu programa de televisão: “não permite que o povo saiba, Deputado Lúcio Machado, que V. Exa. assina sem ler.

Quero me parabenizar em ter esta condição de fazer um homem que eu pensei que equilibrasse comigo, no seu índice de escolaridade, no seu índice de intelectualidade, na sua capacidade de representação, fazer-se ludibriar por si só, sem que fosse essa a minha vontade.

Era só Sr. Presidente.

(Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — (Para encaminhar à votação)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna, para fazer de público, duas declarações: a primeira delas, é de que, sem dúvida, com toda certeza, porque o contrário seria impossível, sou o Deputado mais pobre desta Assembléia. E se sou pobre, Srs. Deputados, depois de exercer durante 11 anos a advocacia, é porque nunca fui, na profissão e nem como político, homem de acordos e de acertos. Votarei favoravelmente ao projeto, já havia dito e não fui “cantado”. para fazer isso. Vou votar conscientemente.

Vou votar Sr. Presidente, não como quis o repórter do dia de hoje, pensando em composição, porque não sou homem de composição.

Fiz sim, composição com o povo do meu Estado.

Não bastasse a desgraça da geada que adotou nosso Estado o povo não pode ficar esperando nossas discussões.

(Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, para encaminhar a votação.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É este plenário composto por homens livres e responsáveis e como tal homens que sabem decidir diante de matéria polêmica. E a certeza que todos saberão decidir em favor dos mais legítimos interesses da coletividade paranaense é que me permite a liberdade, no encaminhamento da votação desta matéria, pretender, com todo respeito, contraditar algumas afirmações feitas desta tribuna pelos eminentes Deputados do MDB, para os que devoto respeito e consideração, mas que me obrigam a contestar a afirmação de que o Governador do Estado, pela voz de sua bancada neste plenário, pretende açodadamente impingir ao povo uma lei que, segundo eles, representa a desgraça administrativa, econômica e financeira para este Estado.

Por não concordar que se pretenda colocar a figura do Governador do Estado nesta posição, é que venho à tribuna para dizer que S. Exa. poderia ter invocado a disposição do art. 25, parágrafos terceiro e quarto, para solicitar que, no prazo de 45 dias, este plenário deliberasse sobre a matéria em pauta. E não o fez S. Exa. e nem pretendeu fazer a minha bancada porque há mais de noventa dias esta matéria está para estudo e para deliberação desta douta Assembléia. Só não estudou a matéria, só não discutiu quem não quis, porque oportunidade não foi negada a ninguém. O pedido de regime de urgência foi solicitado por um eminente Deputado de meu partido, quando já decorridos mais de sessenta dias da presença da mensagem governamental nesta Casa.

Por que pretender incompatibilizar-se a bancada da Arena com a opinião pública deste Estado, quando sabem todos os eminentes Deputados e a opinião pública também, que não fugirão as importâncias, porventura dispendidas pela Emopar da fiscalização deste Poder e de seu órgão auxiliar, que é o Tribunal de Contas.

O Substitutivo Geral apresentado na Comissão de Obras desta Casa, da lavra do ilustrado, inteligente e extraordinário Deputado Luiz Roberto Soares, refuta a inconstitucionalidade. Se inconstitucionalidade existisse teria caído ontem quando da sua primeira discussão. No entanto, este plenário aprovou em primeira discussão. Se houvesse inconstitucionalidade, que não tem, ela teria caído, por certo, durante a primeira discussão.

Mas, quero me referir ao substitutivo para dizer que no art. 12 está expresso:

"A Emopar além da prestação de contas prevista na legislação específica, submeterá o balanço financeiro ao Tribunal de Contas no prazo de 60 dias após o encerramento do exercício".

Nesta oposição ilustrada temos Deputados que defendem esta medida porque entendem que o Estado terá que aplicar verbas nos setores mais diferentes da administração pública. E vai fazer agilizando a opinião pública que a oposição tanto critica de emperramento, que emperrada sempre esteve aqui e em todos os Estados desta federação.

Não é fato novo o que se pretende implantar no Paraná. Quantos Estados dispõe de empresas públicas para agilizar a administração. Quantos prefeitos e vereadores, quantos mais estão a sonhar com uma empresa pública que tenha condição, sem emperramento próprio dos Departamentos sujeitos a subordinação da orientação, das injunções até políticas para se aplicar, muitas vezes, pequenas importâncias na construção de uma sala de aula. Já assistimos, no correr de vinte anos de nossa vida pública, que em aditivos contratuais a obra sempre custa o dobro ou o triplo daquilo que ela foi licitada dada a morosidade que é própria neste regime e nos outros também, neste Estado e nos outros também, com a Arena ou com o MDB no Governo, com o PTB, PDC ou outro qualquer Partido, porque o vício não é do Partido o vício é de uma estrutura que se quer, através de um plano de lei desta natureza, agilizar para o bem da população.

A Arena que já votou favoravelmente a este Projeto com a ajuda lúcida de eminentes Deputados do MDB, vai hoje ratificar a posição de ontem, e o fará amanhã, para dar ao Paraná um ins-

trumento capaz de conferir a esta Administração uma velocidade maior na aplicação dos dinheiros públicos, em favor de sua gente, nos setores mais carentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.
(Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, para encaminhar a votação.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não ouvi e não vi, mas muitos ouviram, viram e me disseram, que um grande ex-Deputado do Paraná, que detém em suas mãos o monopólio do transporte coletivo de nossa Capital, juntamente com o Deputado Alfredo Gulin, afirmou hoje pela televisão que nós havíamos feito uma composição e que não éramos homens de oposição.

A ele eu tenho a resposta — que não sou gráfico, nem músico, para fazer composições, sou homem público, e não é agora, porque ele quer, que nós iremos quebrar a nossa tomada de posição diante do povo. Antes de receber os votos para aqui defendê-lo.

Somos contrários à criação da EMOPAR, e pouco entendemos de Direito Administrativo, mas se outros colegas nossos em quem podemos confiar, que são pessoas qualificadas e entendem do assunto, acham por bem rejeitá-lo, acompanhamos e assim o fizemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A estes homens que quando por aqui passam se esquecem do povo e que depois de não possuírem mais mandato vão às empresas de difusão para de lá falarem aquilo que não fizeram, eu a eles tenho apenas a dizer uma coisa: que prefiro ser o primeiro na minha aldeia do que o segundo em Roma — como disse Júlio César, certa vez.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, no episódio da confiança em que um colega nosso foi envolvido, também trago à tona e abro a janela imaginária do pensamento, para lembrar Júlio César que foi morto pelas costas, pelo seu próprio filho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, meus companheiros de bancada, não saberemos quantas vezes usaremos da palavra para acompanhá-lo mas uma coisa tinha certeza, que enquanto estivermos aqui, acompanharemos o nosso Partido e subiremos à tribuna para defender interesses supremos de um povo e de uma gente tão sofrida que é a gente brasileira e que é a gente paranaense. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros, para encaminhar a votação.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Atentamente escutei os oradores que me precederam, ouvi as suas justificativas, senti a intenção de cada um que desta tribuna falaram. Ouvi o nobre deputado líder da Arena, Deputado Ivo Thomazoni, quando desta tribuna disse que o Sr. Governador do Estado não usou de prerrogativa constitucional dando prazo de 45 dias para que esta Assembléia decidisse sobre a mensagem da criação da EMOPAR. Todavia, pior do que este pedido não inserido na mensagem, foi a solicitação, através de requerimento, do regime de urgência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como membro da Comissão de Constituição e Justiça, a mensagem que pretende criar a EMOPAR levou parecer do eminente Deputado Accioly Neto que avocou a si, como Presidente daquela Constituição, e não tivemos, então, a oportunidade de analisar como deveria ter sido feito aquele Parecer, isto porque naquela mesma reunião o nobre Deputado Luiz Roberto Soares solicitou vistas da mensagem governamental, segurando-a, por alguns dias, que culminou com a apresentação de um substitutivo. Todavia, entre o pedido de vistas e o substitutivo apareceu o regime de urgência. Como poderia, como Deputado do MDB, representando a Comissão de

Constituição e Justiça analisar o substitutivo que levou cerca de 60 minutos para ser lido pelo nobre Deputado Luiz Roberto Soares, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a mensagem oriunda do Governo, chegou a esta Casa capenga e aleijada. Diz a Constituição do Estado que este Poder, que o Deputado não tem condições de apresentar determinados projetos de lei que criem despesas, todavia, o Governo ao mandar mensagem a esta Casa, o faz aleijado, e a Assembléia deve corrigi-lo mas corrigir estudando-o e foi exatamente o que não houve nesta Assembléia. Em função, Sr. Presidente, do regime de urgência, não tivemos condição na CCJ de analisar o substitutivo do Deputado Luiz Roberto Soares. Quero, para encerrar, declarar que na Comissão de Justiça votei pela rejeição da mensagem governamental, e que nesta oportunidade, como ontem, votarei também pela rejeição da matéria. Quiçá, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta empresa que se pretende criar no Paraná, não venha a contratar sobrinhas de governadores, ganhando cerca de sete mil cruzeiros mensais e que nem sequer no Paraná, moram.

Era só. Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Deputado Deni Schwartz, para encaminhar a votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tendo sido um dos autores pedido à bancada para que aqui viessem Secretários do Estado para discutir a EMOPAR, e por ter que cotar contra, quero fazer como que uma declaração de votos. Srs. Deputados, quero vos dizer que em princípio sou favorável a toda e qualquer manifestação do Governo no sentido de modernizar a administração pública. Quero afirmar também, Sr. Presidente, que concordo plenamente com o que foi dito pelo nobre líder do Governo. Mas graças a Deus, sempre tive a oportunidade de dizer que a máquina do Governo é emperrada. Sempre estivemos a dizer, como prefeito, que não poderíamos admitir estarmos a vir à Capital, sendo jogados de uma para outra repartição. Realmente, precisa-se reformar. Mas tais reformas. Sr. Presidente, precisam ser feitas por quem saiba reformar, porque hoje estamos votando matéria delegando poderes àqueles que não tiveram competência de fazer uma mensagem, que necessitou ser aqui reformada; competência para criar cargos e fazer regimentos internos, estatutos, enfim tudo o que se precisa dentro de uma repartição ou de uma entidade pública, como a que se está a criar.

É porisso que votarei contra, por não reconhecer competência àqueles que não a tiveram para mandar a esta Casa documento devidamente redigido, devidamente analisado.

Meus respeitos, nobre Deputado Alfredo Gulin, por esta peça que hoje causa polêmica e será votada por todos nós.

Nesta declaração de voto eu lastimo que as coisas sérias deste Estado sejam analisadas às pressas.

O tempo decorreu, é verdade, mas a análise séria não foi feita. Não conseguimos saber os fins da tão decantada Empresa de Obras Públicas. O que sabemos é que nas entrelinhas muitos estão esperando emprego e espero que o Governo ao fazer as nomeações — e tenho a certeza de que o fará — seja com toda a honestidade.

Mas, Sr. Presidente, na calada de um recesso, ainda no final do ano passado, uma empresa foi criada por este Estado e o que está a fazer a Paraná Rádio Difusão é não ser dar cargos a Diretores que inclusive saíram da ex-bancada do meu Partido.

E o que lastimo, Sr. Presidente, é que um assunto de tal natureza não possa ser discutido realmente e estarmos criando uma entidade, talvez como as que muitos dos senhores conhecem. Como a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, que nada faz. Como a Café do Paraná, falida. Como a Paraná Rádio Difusão que não se sabe o que faz.

Deus queira que a nova Empresa que os senhores irão aprovar, realmente não seja mais um monstro dentro deste nosso Estado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao último inscrito para encaminhar a votação, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

participo no encaminhamento desta votação, a fim de qualificar minha posição com relação à mensagem que ora se discute e se vota.

E, preliminarmente, quero deixar claro que não votaria favoravelmente a tal proposição se ela efetivamente, direta ou indiretamente, explícita ou implicitamente contivesse qualquer mácula de inconstitucionalidade ou de ilegalidade.

Voto favoravelmente à mensagem com seu substitutivo porque estou convicto e convencido de sua inteira e total juridicidade.

Parece-me oportuno esclarecer àqueles deputados que não tiveram a oportunidade de estudar com profundidade a mensagem, de que se estabeleceu uma confusão terrivelmente ambígua que tem prejudicado uma postura racional e científica em face do mesmo.

O parecer primitivo do nobre e culto Presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, Deputado Accioly Neto, em nenhum momento, em nenhum lugar acusa tal mensagem de inconstitucional.

Pelo contrário, às folhas 5 do seu parecer deixa claro de que tal projeto tem inteira constitucionalidade.

Apenas, nas suas conclusões é que ele pretende vislumbrar anti-juridicidade em alguma de suas proposições.

É claro que toda a matéria, o dispositivo anti-jurídico imediatamente é inconstitucional. Mas, apenas imediatamente.

O parecer do nobre Deputado Accioly Neto conclui pela anti-juridicidade e não pela inconstitucionalidade da mensagem, porque, segundo ele, estaria se derogando norma de Direito Comercial, cuja competência para legislar, é privativa da União.

Lamentavelmente, pelas razões que já foram aduzidas nesta tarde, não puderam os membros do Partido da Oposição, que compõem a Comissão de Constituição e Justiça, verificar com mais vagar e profundidade, o meu parecer, a minha emenda substitutiva. Não que tal parecer, ou tal emenda tivessem, ou contivessem méritos que justificasse um exame mais aprofundado por parte dos Deputados do MDB, que compõem aquela Comissão.

Mas, lamento, porque é possível que diante do seu exemplo e da sua leitura, pudessem também entender como eu, de que é perfeitamente possível criar uma empresa pública dentro de uma configuração e estrutura jurídica singular e própria.

A votação que ocorreu naquela Comissão — forçoso é confessar — resultou mais de uma predisposição política, e eu acolho como razoável a postura dos Deputados da Oposição, naquela oportunidade. Mas, repito, a votação resultou mais de uma indisposição política do que propriamente técnica.

Tudo se resume, em última instância, e se cinge à questão seguinte: é possível o Estado membro criar empresa pública uni-pessoal, ou necessariamente deverão as empresas públicas, criadas pelos Estados membros adotarem normas societárias, cujos esquemas legais típicos sejam aqueles constante de legislação federal?

Esta é crucial, a única questão, realmente tormentosa e importante no que diz respeito à mensagem que pretende criar uma empresa de obras públicas do Estado do Paraná.

É dentro desta perspectiva jurídica, exclusivamente jurídica, que deve ser focado o problema.

Aliás, entendo que podem ser tomadas duas posições diante desta mensagem: a jurídica e a de conveniência administrativa.

Se é, ou não oportuno, se é ou não conveniente, porque é, no meu entender, uma matéria extremamente subjetiva. E concordaria com todos aqueles Deputados do MDB, e mesmo da ARENA, que possam considerar inadequada, inoportuna, in-

conveniente a criação de mais uma empresa pública. No que diz respeito à criação, aceito as razões alegadas pelo Sr. governador, que pretende indicar a necessidade e conveniência de se estruturar uma empresa que tivesse a flexibilidade operacional para fazer face a um setor carente da administração pública. Mas, no que diz respeito ao aspecto jurídico, diz o parecer do nobre Deputado Accioly Neto, que há duas falhas na mensagem, uma material e outra formal.

Respeitando o seu parecer, onde traz à colação a opinião de um ilustre Professor da Universidade de São Paulo, catedrático de Direito Administrativo, José Cretella Junior, "que tanto o Estado como o Município podem criar empresas públicas, nenhum óbice jurídico opõe a isso. Mas que a empresa pública, estadual, consubstanciada de serviços públicos, pode ser criada por membros da Federação, já que a esses são deferidos todos os poderes que implícita ou explicitamente não sejam vedados pela Constituição, podendo, pois organizar o próprio serviço público, em razão de competência residual citada. E mais ainda que os Estados membros, em razão de uma opção política ou governamental, informados pela filosofia de governo, escolhem seu modelo jurídico que julgar mais conveniente àquela pretensão.

E entre essas a eleição da categoria de empresas públicas, sujeitas a regime jurídico de direito privado, afetadas parcialmente por normas de "direito administrativo".

Continua ainda o autor citado pelo nobre Deputado Accioly Neto, dizendo que "nessas circunstâncias os estados membros teriam que se ater ao que dispõe a legislação federal vigente".

O curioso é que José Cretella Junior, que era o único jurista brasileiro a defender tal posição, e exatamente por isso, talvez, escolhido pelo Deputado Accioly Neto, em defesa de sua tese, posteriormente, em obra recentemente editada, mudou completamente de posição, passando a admitir a legalidade da criação de empresa pública unipessoal. Mas por uma dessa confortadoras coincidências, quando o parecer que elaborei já tinha ganho publicidade, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná convidou um dos nossos maiores e melhores administrativistas, professor Caio Tácito, para realizar uma conferência sobre empresa pública.

E confortadora coincidência, porque o professor Caio Tácito reafirma na sua conferência a absoluta e manifiesta legalidade da criação da empresa pública unipessoal. Diz o professor Caio Tácito: "que o legislador tanto federal como estadual, passou a criar tanto empresas públicas unipessoais, que várias pessoas em direito público ou outras sociedades que os Estados se associam compartilhando o capital, como as empresas públicas unipessoais, nas quais a totalidade de capital é subscrita pela União ou pelo Estado membro".

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência comunica que está esgotado que lhe era reservado e concede mais um minuto para terminar suas conclusões.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — E prossegue o professor no mesmo diapasão. Como se não bastasse opinião tão abalizada do Professor Caio Tácito, também milita em favor da unipersonalidade da empresa pública argumentos expendidos por aquele que, sem dúvida nenhuma, é o nosso mais competente publicista, o Professor Eli Clovis Meireles que, em edição recentíssima do Direito Administrativo, deixa claro que a razão do poder de criação de tais empresas pelas entidades políticas menores, vale dizer municípios e estados membros, está em que sua instituição é ato de Direito Administrativo e não de Direito Privado como pode parecer aos menos avisados.

Ora, se a Constituição Federal delega expressamente competência aos Estados membros para organizar seus próprios serviços públicos por competência residual disposta na Constituição Federal em seu art. 13, parágrafo primeiro. Se no caso não se trata de empresa para interferir na ordem econômica e social, pois aí haveria necessidade de expressa autorização de Lei Federal, é evidente que se tratando de empresa pública, como as socieda-

des de economia mista, e ainda as autarquias de administração pública descentralizada, é mais do que óbvio e evidente poder o Estado membro criar empresa pública para executar serviço público da maneira que bem entender, pois negar o contrário seria negar o mínimo do princípio federativo que, bem ou mal, a nossa Constituição assegura.

Lamentavelmente, não disponho de tempo para tecer outras considerações em torno desta empresa pública. Mas, reafirmo que se legítimo o entendimento de alguns Deputados de questionar a conveniência ou a oportunidade desta empresa pública, tenho comigo e estou pacificado que, quanto aos seus aspectos jurídicos e legais, é, absolutamente, correta a escrituração desta empresa pública.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

— (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Em votação o substitutivo. Aprovado. Em consequência prejudicado o texto da mensagem original.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Pela Ordem).

Sr. Presidente, a redação do artigo 165, do Regimento Interno, que diz:

"Na segunda discussão será votado, em primeiro lugar, o projeto, artigo por artigo, e, em seguida, as emendas uma a uma".

O SR. PRESIDENTE — É uma praxe nesta Casa e há muitos anos as bancadas tanto da Situação como da Oposição concordaram em, para não aumentar o tempo de votação das proposições, fazer a votação englobadamente mesmo na segunda discussão.

Entretanto, se V. Exa. levanta a questão de ordem, não tem como a Mesa se furtar em pôr em votação artigo por artigo. É o que vai ser feito neste minuto com o substitutivo da COPTC.

O SR. PRESIDENTE.—

Em votação o artigo primeiro.— APROVADO.

Artigo segundo - APROVADO.

Artigo terceiro - APROVADO

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, permanecemos em pé. E votamos contrário.

O SR. PRESIDENTE — Está sendo anotado pela Mesa.

O SR. DEL CIEL — (Pela Ordem).—

V. Exa. apresenta a votação, os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. Os Deputados que estavam sentados permaneceram sentados.

O SR. PRESIDENTE — Permaneceram sentados.

O SR. DEL CIEL — Então, que se proceda esta votação.

O SR. PRESIDENTE — Farei a votação do artigo terceiro.

Em votação o artigo terceiro.— APROVADO.

Artigo quarto - APROVADO.

Artigo quinto - APROVADO

Artigo sexto - APROVADO.

Artigo sétimo - APROVADO

Artigo oitavo - APROVADO

Artigo novo - APROVADO

Artigo décimo - APROVADO

Artigo 11.º - APROVADO

Artigo 12.º - APROVADO

Artigo 13.º - APROVADO

Artigo 14.º - APROVADO

Artigo 15.º - APROVADO

Aprovada a totalidade da emenda substitutiva prejudicado em consequência o texto da mensagem original.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.66/75, de autoria do Deputado Benedito Lúcio Machado, que declara de Utilidade Pública o Serviço de Obras Sociais - SOS, da cidade de Santo Antonio da Platina. Parecer favorável da C.C.J.— APROVADO.

PROJETO DE LEI Nº 66/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o serviço de Obras de Santo Antonio da Platina neste Estado.

Art. 2º - Revoga-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1975.

a) LÚCIO MACHADO.

JUSTIFICATIVA:—

SENHOR PRESIDENTE E SENHORES DEPUTADOS:

Não haveria a nosso ver necessidade em justificar o direito configurado em ser reconhecido pelo Estado do Paraná esse organismo de Assistência Social, que tão relevantes trabalhos vem prestando aos menos favorecidos pela sorte, motivo pelo qual solicitamos inclusive providências de tramitação urgente nessa augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 66/75

Assinado pelo ilustre deputado Benedito Lúcio Machado, pretende declarar de utilidade pública o "SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS — S.O.S. da cidade de Santo Antonio da Platina.

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche todos os requisitos exigidos pela lei reguladora da matéria. Por isso o parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 10 de Setembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) LUIZ ROBERTO SOARES — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.88/75, de autoria do Deputado Benedito Lúcio Machado, que declara de Utilidade Pública a Casa da Criança Recanto Feliz, com sede e foro na cidade e município de Santo Antonio da Platina.

Parecer favorável da C.C.J.— APROVADO.

PROJETO DE LEI Nº 88/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, a Casa da Criança Recanto Feliz, da cidade e município de Santo Antonio da Platina, neste Estado.

Art. 2º - Revoga-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de julho de 1975.

a) LÚCIO MACHADO.

JUSTIFICATIVA:—

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

A Casa da Criança Recanto Feliz, com personalidade jurídica, devidamente registrada nos órgãos competente, é um organismo de prestação de serviços sociais relevantes, motivo que, dispensa qualquer justificativa a aprovação do presente projeto de lei.

Anexa-se os documentos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 88/75

Pela aprovação, tendo em vista estarem satisfeitas as exigências legais.

Curitiba, 03 de setembro de 1975.

a) Accioly Neto - Presidente

a) Nilso Sguarezi - Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.94/75, de autoria do De-

putado Paulo Camargo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, da cidade de Paraíso do Norte. Parecer favorável da C.C.J.— APROVADO.

PROJETO DE LEI Nº 94/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - É declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paraíso do Norte, com sede e foro na cidade de Paraíso do Norte.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 1975.

a) PAULO CAMARGO.

JUSTIFICATIVA:

A APAE, da cidade de Paraíso do Norte, presta, desinteressadamente, relevantes serviços à coletividade, visando a educação e a integração do deficiente mental, auditivo, visual e motor.

Preenche a entidade, que pretendemos seja declarada de utilidade pública, todos os requisitos necessários e legais para esse fim.

Assim é que verificamos, pela documentação anexa, que a APAE de Paraíso do Norte atende às especificações exigidas pela Legislação Federal (Decreto 50.517, de 2/5/61), bem como pela Estadual (Lei 4.399, de 16/8/61), pois não tem fins lucrativos, não distribui lucros ou dividendos de qualquer espécie, não remunera nenhum de seus Diretores e presta desinteressadamente serviços à coletividade.

Daí esperarmos contar com a elevada compreensão de nossos nobres pares, para aprovação do presente plano de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 94/75

1) De autoria do nobre Deputado Paulo Camargo, o presente Projeto de Lei visa declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paraíso do Norte.

2) Houve o requerimento da parte interessada, consoante preceitua o art. primeiro da lei Estadual n.4399, estando também satisfeitas as demais exigências do diploma estadual, bem assim da legislação federal:

a) A entidade adquiriu personalidade jurídica

b) Está em efetivo exercício e serve desinteressadamente à coletividade.

c) os cargos de sua diretoria não são remunerados.

PARECER:— Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 17 de setembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) DÁCIO LEONEL — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.101/75, de autoria do Deputado Aguinaldo Pereira Lima, que declara de Utilidade Pública o Hospital São Vicente de Paulo, da cidade de Tomazina. Parecer favorável da C.C.G.

EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO.

PROJETO DE LEI Nº 101/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Hospital São Vicente de Paulo, da cidade de Tomazina.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1975.

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA.

JUSTIFICATIVA:—

O Hospital São Vicente de Paulo é uma instituição pia, fundada em 8 de setembro de 1934, pela conferência de São Vicente de Paulo “Nossa Senhora Aparecida”, tendo sua sede na cidade de Tomazina, com objetivo de prestar assistência material e espiritual aos necessitados, reconhecidamente pobres.

Assim não visa lucros e nem distribui vantagens pecuniárias aos seus associados e os cargos de sua diretoria são exercidos gratuitamente.

A entidade preenche as disposições legais que dispõe sobre o reconhecimento de utilidade pública (Decreto Federal 50517, de 2/5/61 e Lei, Estadual, 4399, de 17/8/61.

Dai o projeto que oferecemos à consideração de nossos Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 101/75

De autoria do nobre Deputado Aguinaldo Pereira Lima, objetiva o presente Projeto de Lei declarar de utilidade pública o Hospital São Vicente de Paulo, da cidade de Tomazina.

Trata-se de uma instituição pia, que tem como objetivo prestar assistência material e espiritual aos necessitados, reconhecidamente pobres.

Dessa forma, não visa lucros, não distribui vantagens pecuniárias aos associados e os cargos de sua Diretoria não são remunerados.

A entidade preenche todos os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 1.º de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

A) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Relator.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados Luiz Gabriel Sampaio, Luiz Alberto Oliveira e Ezequias Losso, para comporem, pela bancada da ARENA, a Comissão Especial que irá estudar o problema do menor.— Ao Departamento Legislativo.— À Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que sejam efetuados estudos, visando a criação e instalação de um Distrito Sanitário, em Marechal Cândido Rondon.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, encaminhando pedido de informações, referente a situação do ensino no município de Assis Chateaubriand.— Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de ser estudada a possibilidade, para em convênio com o Ministério da Agricultura, levar a eletrificação rural à zona rural.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de anistiar a multa e correção monetária à indústria madeireira em débito com o ICM.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal “Voz do Paraná” pela circulação de seu suplemento “Cidade e Campo”. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante de expediente, solicitando a designação de membros para representarem esta Casa, no Seminário Nacional promovido pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que seja providenciada a criação da Escola Normal e Escola Técnica de Comércio em Porto Rico.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da COPEL, encarecendo, em caráter de urgência, maior assistência aos usuários do município de Porto Rico.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior, no sentido de determinar à SANEPAR o início imediato das obras para instalação dos serviços de água em Porto Rico.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja liberado o trecho BR-376 - Rodovia do Café, entre Paranavaí e Guaíra.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que o DER passe a conservar o trecho de estrada Loanda (divisa) ao Porto São José.— APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 23, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 92/75

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 73, 74 e 75/75, e Projeto de Lei nº 129/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 66, 88, 94, 101 e 125/75.

marcando ainda, outra sessão ordinária para sexta-feira, dia 24, às 10,00 horas, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL:

dos Projetos de Resolução nºs 59/75, 63/75, 64/75, 65/75, 66/75 e de Lei nº 96/74, 90/75 e 96/75.

Levanta-se a sessão.